

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Formação de Conselheiros Nacionais
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais

O PAPEL DA ONG ASSOCIAÇÃO QUERUBINS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
DE CRIANÇAS E JOVENS DA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE: um estudo de caso

André Elias de Leles Vilaça

Belo Horizonte
2010

André Elias de Leles Vilaça

O PAPEL DA ONG ASSOCIAÇÃO QUERUBINS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DE CRIANÇAS E JOVENS DA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE: um estudo de caso

Monografia apresentada à FAFICH – Faculdade de Filosofias, Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para a obtenção do título de especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Tutor: Felipe Nunes

Orientador: Marcus Abilio Gomes Pereira

Co-orientadora: Ana Maria Prestes Rabelo

Belo Horizonte
2010



Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm_edist_@fafich.ufmg.br
TEL (31) 3499-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de 2010 (dois mil e dez), na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Brasília/DF reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada "***O papel da ONG Associação Querubins na construção da cidadania de crianças e jovens da periferia de Belo Horizonte: um estudo de caso***", elaborada por ***André Elias de Leles Vilaça***. A Comissão, composta por Felix Garcia Lopez Junior (IPEA) e Ricardo Fabrino Mendonça (FJP), após apresentação da monografia, deliberou pela aprovação condicionada da referida monografia, que deve ser reformulada até o dia 30 de junho de 2010, quando deverá ser apresentada nova versão ao orientador. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Brasília, 28 de abril de 2010.

Felix Garcia Lopez Junior (IPEA)

Ricardo Fabrino Mendonça (FJP)

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de iniciar uma discussão, junto à sociedade e o meio acadêmico, sobre o trabalho de conscientização política e participativa realizado pelas ONGs em Belo Horizonte, especificamente na Associação Querubins, que atende a mais de 200 crianças e adolescentes da Comunidade Acaba Mundo, na região Sul de Belo Horizonte. Pretendeu-se, com essa pesquisa, verificar de que forma essa ONG trabalha com a aquisição de conceitos políticos, como cidadania, participação ativa, democracia e até que ponto eles realmente são utilizados por aqueles que aprendem. Para tanto, fizemos um estudo comparativo entre participantes e não participantes da ONG pesquisada, que possuíam o mesmo perfil sócioeconômico, por meio de entrevistas e questionários, a fim de verificar a importância da participação da ONG em todo o processo democrático na comunidade onde atua. Chegou-se à conclusão de que a Associação Querubins é de grande importância para os que dela participam, seja direta ou indiretamente, na conquista de um espaço maior de efetivação da luta dos direitos e pela conscientização dos deveres que todos os cidadãos possuem.

Palavras-chave: conscientização política; cidadania; democracia; participação; ONG; Associação Querubins.

ABSTRACT

This paper aims to initiate a discussion with the society and academia, on the work of political awareness and participation by NGOs held in Belo Horizonte, specifically in the Associação Querubins, which serves over 200 children and adolescents in the World Community Ends in the southern region of Belo Horizonte. Its objective was to this research, to investigate how the NGO works with the acquisition of political concepts such as citizenship, active participation, democracy and to what extent they really are used by those who learn. To this end, we made a comparison between participants and non participants of the NGOs surveyed, which had the same socioeconomic profile, through interviews and questionnaires in order to verify the importance of participation of NGOs around the democratic process in the community where it operates. It comes to the conclusion that the Associação Querubins is of great importance for those who participate in it, either directly or indirectly, in the achievement of a larger space of effective control of the rights and awareness of the duties that all citizens possess.

Keywords: political awareness, citizenship, democracy, participation, NGOs, Associação Querubim

RELAÇÃO DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembléia Legislativa de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG's	Organizações Não Governamentais
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
FASFIL	Fundação sem Fins Lucrativos
CAOTS	Centro de Apoio ao Terceiro Setor do Ministério Público de Minas Gerais
FEMAM	Fórum de Entidades do Entorno das Minerações do Acaba Mundo

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem Ele nada seria possível.

A UFMG, em especial à PRODEP, pela realização do curso e também a todos os professores, tutores, coordenadores e equipe de apoio.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a estudar cada vez mais e a aproveitar as oportunidades que a vida oferece.

Aos amigos e colegas de trabalho Alessandro Rocha, Anderson Santos e Maurício Vieira pelo incentivo, apoio e motivação.

E agradeço, particularmente, a algumas pessoas pela contribuição direta na construção deste trabalho:

À co-orientadora Ana Rabelo, pela perspicácia e paciência na orientação, que tornou possível a conclusão desta monografia.

Ao tutor Felipe Nunes, pela paciência, pelos conselhos e dicas dadas durante todo o curso.

À minha namorada, Ana Pacheli, pelo carinho, paciência e apoio: na leitura, revisão e discussão dos textos produzidos.

À amiga Ana Luísa, pelas conversas inteligentes, pela transmissão de conhecimentos, pelas revisões textuais e pelas inúmeras indicações bibliográficas.

A todos os coordenadores, funcionários, monitores e alunos da Associação Querubins, pelo aprendizado e pela possibilidade de descobrir que com amor e carinho conseguimos melhorar o mundo!

Obrigado a todos!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Faixa etária dos alunos pesquisados.....	39
Gráfico 2: Série em que estudam	40
Gráfico 3: Companhia de moradia	41
Gráfico 4: Profissão do pai.....	42
Gráfico 5: Profissão da mãe.....	43
Gráfico 6: Nível de instrução do pai	44
Gráfico 7: Grau de instrução da mãe	45
Gráfico 8: renda familiar dos jovens pesquisados.....	46
Gráfico 9: Faixa etária dos jovens não participantes da ONG.....	47
Gráfico 10: Série em que os jovens estudam.....	47
Gráfico 11: Companhia de moradia	48
Gráfico 12: Profissão do pai.....	48
Gráfico 13: Profissão da mãe.....	49
Gráfico 14: Nível de instrução do pai	50
Gráfico 15: Grau de instrução da mãe	51
Gráfico 16: renda familiar dos jovens pesquisados.....	52
Gráfico 17: Causas da participação na ONG.....	54
Gráfico 18: Atividades realizadas na ONG.....	55
Gráfico 19: Contribuição para a participação política dos alunos	56
Gráfico 20: O que é cidadania para você?	58
Gráfico 21: O que é democracia?	59
Gráfico 22: De que forma você aprendeu sobre cidadania na ONG?	62
Gráfico 23: De que forma você aprendeu sobre cidadania com seus familiares e/ou círculo de amigos	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CIDADANIA X DEMOCRACIA	12
1.1 Cidadania	12
1.1.1 Breve histórico.....	12
1.1.2 Conceituação.....	16
1.1.3 Democracia moderna x cidadania	18
1.1.4 Características da cidadania moderna	19
1.1.5 Tipos de cidadania	20
2. ONG	22
2.1 Conceituação	25
2.2 ONGs e resgate da cidadania.....	27
2.3 ONGS, Educação e cidadania.....	27
3. METODOLOGIA.....	29
3.1 Fases da pesquisa.....	31
3.2 Instrumentos de coleta de dados.....	31
3.2.1 Questionário.....	31
3.2.2 Entrevistas	32
3.3 A Comunidade Vila Acaba Mundo	33
3.4 Perfil da Instituição pesquisada - Projeto Querubins	34
3.5 Sujeitos da pesquisa.....	38
3.5.1 Perfil dos jovens participantes da ONG.....	39
3.5.2 Perfil dos jovens não participantes da ONG.....	46
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	53
4.1 Questionários dos alunos da instituição – dados qualitativos	53
4.2 Estudo comparativo	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

ANEXOS	82
Anexo 1 - Entrevista para a Coordenação da Associação Querubins.....	82
Anexo 2 – Questionário para monitores	83
Anexo 3 – Questionário para os jovens da Associação Querubins	87
Anexo 4 – Questionário para adolescentes da comunidade não participantes da Associação Querubins	93
Anexo 5 – Localização das Vilas em Belo Horizonte	99
Anexo 6 – Folheto de propaganda da Associação Querubins	100

INTRODUÇÃO

Apesar de o Brasil ser considerado um dos maiores países a implementar experiências de democracia participativa, ainda temos muito que melhorar. Os processos participativos estão concentrados nas grandes capitais do país e uma grande parcela da população só exerce algum papel político de dois em dois anos, durante as eleições. Com o objetivo de alterar este quadro de estagnação política, onde são sempre os mesmos atores políticos quem atuam, é necessário que se crie, o quanto antes, uma conscientização política e participativa nos eleitores.

Visando obter uma maior conscientização política, devemos nos fazer as seguintes perguntas: o povo brasileiro se prepara, buscam informações, pesquisam sobre os candidatos, antes de ir às urnas? Será que a população só se capacita para votar nos meses que antecedem a eleição ou também durante a gestão dos eleitos?

Durante as pesquisas realizadas para este trabalho, não foram encontrados muitos estudos que comprovem a importância de abordar esta temática nas ONGs. Diante deste fato, consideramos importante que seja feita uma pesquisa para determinar a qualificação dos jovens para que estes consigam ingressar como novos atores nos processos políticos.

É através de um voto consciente que o eleitor pode começar a mudar os rumos do país e este processo conscientização pode e é propício de ser iniciado nas escolas.

O desafio de promover uma maior participação popular na política convém iniciar a partir de um trabalho de conscientização. Assim, considerando que a formação de cidadãos ativos e participativos é de vital importância para a democracia, criando condições de promover uma melhor conscientização política e participativa nos jovens, procuramos verificar até que ponto a educação efetivada pelo terceiro setor, especificamente a Associação Querubins, localizada no bairro Sion, em Belo Horizonte, ao qualificar jovens para participar da vida pública, está contribuindo para um futuro melhor para o país, comunidade onde se localiza e seus cidadãos.

Leonardo Avritzer (1996), Dayrrel (2004), Lavallo (2003), Bodstein (1997), Coutinho (2005), entre outros, serão os autores pesquisados para nos dar embasamento para esse trabalho, se destacando com as várias obras que tratam dos assuntos relacionados à educação, cidadania e jovens, público-alvo de nossa pesquisa, buscando compreender como pode se dar o processo de conscientização política dos adolescentes nesses locais de aprendizado.

Os trabalhos realizados pelas instituições componentes do terceiro setor muitas vezes desempenham funções necessárias para potencializar a qualidade de vida da população e promover a cidadania, minimizando ou extinguindo dificuldades de muitas destas pessoas.

Um exemplo desse trabalho é o Projeto Querubins, atuante na Vila Acaba Mundo desde 1994, objeto de nossa pesquisa que ora realizamos, que nasceu a partir de uma iniciativa de Magda Coutinho, consultora em hotelaria. Seu surgimento se deve à necessidade vista por ela de realizar atividades que estimulassem a socialização de crianças e adolescentes da comunidade. Depois das atividades iniciais, já em 1999, a Associação foi criada com o intuito de realizar atividades com crianças e jovens da comunidade, a fim de ocupar o tempo livre, tirando-os das ruas e tendo, como consequência, a diminuição nos índices de criminalidade e aumento da cidadania de todos os envolvidos no processo.

Para Hernany Mendes de Faria Pinto, um dos ex-coordenadores da entidade:

O engajamento das crianças e jovens nas atividades torna possível a construção de um projeto de vida para eles. Com as atividades de arte-educação, percebemos que há melhora no aprendizado que as crianças recebem na escola e, para a comunidade, a violência e o desemprego sofreram queda drástica¹.

A fim de verificarmos quais são os resultados efetivos em uma comunidade que possui uma ONG com essas finalidades é que propomos esse trabalho, procurando observar sobre o resgate da cidadania realizado em crianças e jovens da comunidade Acaba Mundo em Belo Horizonte, verificando de que forma é feito esse resgate e o que resgatam, além de observar o que essas crianças e jovens apreendem sobre cidadania. Entre outros objetivos, podemos destacar: verificar se os alunos atribuem à ONG a função de prepará-los ou não para exercer uma vida política plena, ou seja, conscientizá-los sobre a importância de participar mais ativamente da política; averiguar qual a principal fonte de informação sobre política que os atendidos pela associação possuem, verificando de que forma eles utilizam o que aprendem na Associação.

Ainda como parte da pesquisa, pretende-se contrastar sobre o que pensam os jovens a respeito de temas como cidadania e democracia entre participantes e não-participantes de entidades de ação coletiva, tendo o mesmo perfil sócio-econômico, procurando analisar os impactos da decisão de participar ou não das questões políticas e cidadãs de nosso país,

¹ FAVELA É ISSO AÍ. O papel das ONGs na periferia. Disponível em: <http://www.favelaeissoai.com.br/noticias.php?cod=27>. Acesso em: 5 set. 2009.

verificando até que ponto há ou não o incentivo da ONG em questão na participação democrática de seus envolvidos.

Para tanto, esse trabalho se subdivide da seguinte forma:

No primeiro capítulo, teórico, procuramos verificar os conceitos e as formas de cidadania, procurando realizar um breve histórico, indicando suas principais características e buscando fazer um paralelo entre cidadania e democracia em suas concepções modernas.

No segundo capítulo, buscamos a conceituação do termo ONG e seu pequeno histórico, fazendo, posteriormente, uma ligação entre ONGs, Educação e resgate de cidadania por meio de uma pesquisa bibliográfica de autores e documentos acerca do tema.

No terceiro capítulo, trazemos a metodologia a ser aplicada, com a descrição da comunidade Acaba Mundo e da ONG Associação Querubins, em Belo Horizonte, objetos de nosso estudo, os sujeitos que dela fazem parte, com o perfil das crianças e jovens que participam da Associação. Além disso, exploramos um pouco mais os objetivos do nosso trabalho, com a indicação sobre os procedimentos de coletas de dados, com informações sobre o questionário aplicado, as entrevistas realizadas e as observações feitas durante todo o percurso da pesquisa.

No quarto capítulo, procuramos mostrar por meio dos questionários aplicados na Associação e as entrevistas realizadas com jovens não participantes da ONG, fazendo um estudo comparativo realizado na pesquisa de campo explicitada no capítulo anterior, procurando visualizar suas concepções de cidadania e participação política efetiva.

No quinto e último capítulo, trazemos as conclusões do nossa pesquisa, procurando verificar a confirmação ou refutação da hipótese levantada, de que as ONGs auxiliam, efetivamente, na construção da cidadania entre o público infanto-juvenil, mostrando a necessidade, para esse público, da participação política efetiva na construção do bem-comum.

Na última parte, colocamos as referências bibliográficas e os anexos pertinentes ao trabalho.

1. CIDADANIA X DEMOCRACIA

1.1 Cidadania

1.1.1 Breve histórico

Historicamente, de acordo com Reis (1997), é consenso entre autores de que o conceito cidadania tem seu início na civilização grega, no Império Romano. O termo cidadania vem do latim *civitas*, mas para o autor, a noção de cidadania é ainda mais antiga já que vem antes dos próprios gregos idéias que remetem a alguma idéia de igualdade, sendo essa “a noção de que os seres humanos são idênticos perante Deus, perante alguma divindade”, como acontecia em algumas civilizações ainda mais antigas. (REIS, 1997, p.18).

Assim, como nos afirma Matos (2009), essa imitação de modelos e o exercício continuado de valores constitui-se como uma formação prática que deve ser tarefa de todos e, por conseguinte, afirma-se como um exercício para a cidadania. Nesse sentido, nos diz Valle (2001), citando Canivez (1986), que:

[...] os valores inculcados nas crianças são rigorosamente comuns ao conjunto dos cidadãos. Eles são comuns, segundo o modo de partilha igualitária que Hermes executa, sob os conselhos de Zeus. Cada cidadão recebeu o sentido da justiça e da probidade como herança, e esta igualdade moral de todos os indivíduos faz, do relato de Protágoras, um mito fundador da democracia. (VALLE, 2001, p.9, citando CANIVEZ, 1986).

Portanto, o conceito de cidadania não nasceu, na prática, no mundo moderno, embora sua máxima expressão tenha surgido nele. Colaborando com as idéias de Reis (1997), Coutinho (2000) afirma que as primeiras teorias sobre o assunto surgiram na Grécia, entre os séculos V e VI a.C. Junto com elas, as primeiras formas de democracia também surgiram nesse período, quando uma quantidade razoável de pessoas já tinham poder para interferirem na esfera pública, o que contribuía para a formação do governo. Embasado nessas questões, Aristóteles define o que é ser cidadão: todo aquele que tinha o direito e dever de contribuir para a formação do governo, participando ativamente das assembleias onde se decidia sobre assuntos que envolviam toda a coletividade. Porém, ainda de acordo com Coutinho (2000):

É importante registrar que a teoria e a prática da cidadania entre os gregos clássicos estava longe de possuir uma dimensão universal (é precisamente essa tendência à universalização da cidadania que irá caracterizar a modernidade). Para os

gregos, mesmo nas situações mais democráticas, como em Atenas nos séculos V e IV a.C., estavam excluídos dos direitos de cidadania os escravos, as mulheres e os estrangeiros, os quais, em conjunto, constituíam mais de três quartos da população adulta ateniense. Além disso, os direitos de cidadania na Grécia envolviam somente o que hoje chamamos de "direitos políticos", ou seja, os direitos de participação no governo, mas não compreendiam ainda os modernos "direitos civis", como, por exemplo, o direito à liberdade de pensamento e de expressão: foi por isso que Sócrates, acusado de ter uma religião diferente da religião da *pólis*, da cidade-Estado, foi condenado à morte pela democracia ateniense. Malgrado esses limites, contudo, foi certamente na Grécia clássica onde, pela primeira vez na história, surgiu a problemática da cidadania. (COUTINHO, 2005, p.3)

Assim, segundo Matos (2009), esse surgimento do termo ainda era incompleto, visto que aqueles considerados cidadãos totalizavam um percentual de cerca de apenas 10% da população, sendo, então, considerados como não cidadãos, como já disse Coutinho, as mulheres, os escravos, os estrangeiros e os metecos. Porém, para Reis (1997), apesar dessa exclusão ou se podemos chamar de pequena inclusão, nesse contexto, as noções de igualdade e de liberdade acabam por adquirir um conteúdo político.

Já no final da Idade Média, para Matos (2009) depois de um período adormecido, ressurgem os princípios de associação, de representação e das liberdades.

Assim, a noção de cidadania só ressurgiu com maior força a partir da Revolução Inglesa, em 1688, com a Revolução Americana, entre os anos de 1774 e 1776 e, maiormente, com a Revolução Francesa, no ano de 1789, quando foi efetivamente desencadeada a conceituação moderna do termo cidadania. Com isso, surgem, concomitantemente, a afirmação da vontade popular, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a identificação da soberania popular, a formação do Estado-nação, entre outros.

Ainda segundo Matos (2009), essas contribuições da época foram retomadas e passaram por reformulação no ano de 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mais tarde, isso acontece em outros momentos, como a encíclica *Pacem in Terris*, de João XXIII, e na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II.

De acordo com Lavallo (2003), a partir do século XVIII houve uma maior expansão dos direitos civis e uma emergência da vida pública com o assalariamento das camadas populacionais que passaram a desencadear processos de integração social.

Para Coutinho (2005), no início do século XX, passam a surgir vários fenômenos no mundo capitalista ocidental, nas diversas esferas que acabam por modificar a natureza do Estado capitalista, fazendo-o assumir novas características, apesar de nunca deixar de ser

capitalista, a partir da pressão de lutas de classes trabalhadoras, que trouxeram a incorporação de novos direitos de cidadania não só social, mas também política. Esse fenômeno é denominado por alguns autores como "socialização da política". Isso quer dizer que cada vez mais indivíduos passaram a participar da política por meio de militâncias de luta, em diversos segmentos da população em suas inúmeras organizações, como sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, entre outros, que passaram a ter (e a criar) seu espaço dentro da esfera pública. Essa conquista, progressivamente, faz desaparecer o “Estado restrito” na sociedade antes atomizada e despolitizada que dá lugar a uma sociedade

(...) que se associa, que faz política, que multiplica os pólos de representação e organização dos interesses, freqüentemente contrários àqueles representadas no e pelo Estado. Configura-se assim uma ampliação efetiva da cidadania política, conquistada de baixo para cima. Foi precisamente esse novo espaço público que Gramsci chamou de "sociedade civil". (COUTINHO, 2005, p.2).

Ainda para o autor, o termo “sociedade civil” já havia sido usado em obras de Marx e Hegel com a designação relativa a interesses econômicos privados. Porém, Gramsci trabalhava com o termo, mas com um sentido totalmente novo, significando o espaço público situado entre o que ele mesmo chamara de “sociedade econômica” e “sociedade política”.

No mundo moderno, portanto, a noção do termo cidadania acaba ligada à idéia de direitos individuais, diferentemente do que acontecia na antiguidade. Além disso, Reis (1997) ainda nos conta que John Locke, filósofo inglês iniciador do iluminismo, que viveu no século XVII tinha seu pensamento político baseado no que ele chamava de “direitos naturais” dos indivíduos enquanto seres humanos e não como membros da polis (da época grega) e nem mais como membros dos estamentos² (na época da Idade Média). Assim, segundo o autor, para garantir os direitos os indivíduos “deveriam contratar entre si a criação de um governo, de um Estado, já que esses direitos naturais estariam ameaçados no pré-político estado de natureza”. Nesse caso, a principal tarefa do governo, na visão de Locke, seria a garantir do que ele chamou de direitos naturais e que, na sua opinião, eram inalienáveis. Entre esses

² A sociedade feudal se caracterizava por estamentos, que possuía uma organização da estrutura social em que não existe a mobilidade, ou seja, as classes sociais são dispostas de acordo com o critério de nascimento. Na sociedade estamentada, os privilégios da elite são incontestáveis, baseados em mecanismos de legitimação elaborados de acordo com interesses implícitos, que procuram apoio na manipulação de crenças de influencia profunda no cotidiano das massas. No sistema feudal, durante a Idade Média, ocorreu a estruturação da sociedade estamental clássica, uma vez que, basicamente, era dividida em três níveis: clero, nobres e servos. O clero trabalhava no sentido de legitimar sua posição, e no apoio à nobreza, quando pregava que as classes sociais tinham sido organizadas por Deus, ou seja: se o senhor era senhor, é porque Deus assim havia estabelecido, uma vez que o fez nascer numa família nobre, assim como o servo, que era servo por vontade de Deus, já que nasceu numa família de servos, por vontade Dele. Negar ou revoltar-se contra esse dogma era pecar contra Deus. (ALGOSOBRE, s.d.). ALGOSOBRE. O sistema feudal. Disponível em: <http://www.algobre.com.br/historia/sistema-feudal-o.html>. Acesso em: 8 jan. 2010.

direitos podemos citar, por exemplo, a vida e a liberdade de cada um, além do direito à propriedade.

Para Coutinho (2005):

Esse conceito de "direito natural" - de direitos que pertencem aos indivíduos independentemente do status que ocupam na sociedade em que vivem - teve um importante papel revolucionário em dado momento da história, na medida em que afirmava a liberdade individual contra as pretensões despóticas do absolutismo e em que negava a desigualdade de direitos sancionada pela organização hierárquica e estamental própria do feudalismo. Decerto, nessa versão liberal, o jusnaturalismo terminou por se constituir na ideologia da classe burguesa, sobretudo porque Locke e seus seguidores consideravam como direito natural básico o direito de propriedade (que implicava também o direito do proprietário aos bens produzidos pelo trabalhador assalariado), o que terminou por recriar uma nova forma de desigualdade entre os homens. (COUTINHO, 2005, p.7).

Para Vieira (2001), o fim do comunismo soviético e o fim da Guerra Fria acabou por provocar mudanças em certas regiões, permitindo, em alguns países, “a participação eleitoral e a emergência de novas e múltiplas associações voluntárias que ampliaram e aprofundaram a cidadania democrática”. (VIEIRA, 2001, p.229).

Na atualidade e com o passar dos anos, o que era somente direitos individuais, cívicos e políticos foram se ampliando e se unindo a direitos de outra natureza, mas não menos importantes, como os sociais, econômicos e culturais³. E, mais tarde, a direitos que envolvem questões mais específicas como, meio ambiente e gênero, por exemplo. Esses acontecimentos acabam por colocar o conceito de cidadania em uma ordem, não só local, mas internacional com os novos tempos.

³ Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos. Estão indicados no artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), e nos artigos 13 e 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Assim, todas as pessoas devem poder se exprimir, criar e difundir seus trabalhos no idioma de sua preferência e, em particular, na língua materna; todas as pessoas têm o direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeitem plenamente a sua identidade cultural; todas as pessoas devem poder participar da vida cultural de sua escolha e exercer suas próprias práticas culturais, desfrutar o progresso científico e suas aplicações, beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que sejam autoras. No âmbito interamericano os direitos culturais estão indicados no Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecido como Protocolo de São Salvador (1988). No processo de implementação mundial dos direitos culturais foi adotada pela UNESCO, em novembro de 2001, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Ao mesmo tempo em que afirma os direitos das pessoas pertencentes às minorias à livre expressão cultural, observa que ninguém pode invocar a diversidade cultural para infringir os direitos humanos nem limitar o seu exercício. (DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Direitos+culturais>. Acesso em 05 abr. 2010).

1.1.2 Conceituação

Segundo Lavallo (2003), o ponto de vista mais significativo sobre a cidadania na sociedade moderna foi feita por T. H. Marshall, durante a conferência “Cidadania e Classe Social”, ainda no fim dos anos 40.

Marshall também é citado como ponto de partida da concepção moderna do termo cidadania por Reis (1997). De acordo com o autor, Marshall acreditava que a separação entre os direitos políticos, sociais e civis era o resultado da “diferenciação institucional por que passa a sociedade” (REIS, 1997, p.12). Assim sendo, a trajetória “natural” por que perpassa a sociedade é que levaria à separação das três formas de direito, o que levou Marshall a sofrer pesadas críticas.

Ainda para Marshall (1949), nas palavras de Lavallo (2003):

A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida”. (Marshall, 1949, p.76, citado por LAVALLO, 2003, p.4).

Segundo Coutinho (2005), o conceito de cidadania é o conceito que melhor exemplifica a reconquista dos bens sociais pelos cidadãos. Para o autor, cidadania é

[...] a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. (COUTINHO, 2005, p. 2).

Assim, podemos notar que o contexto é historicamente determinado visto que, na visão dele, expressões como cidadania, soberania popular e democracia possuem o mesmo significado, porém, “devem ser pensadas como processos eminentemente históricos, como conceitos e realidades aos quais a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações”. (COUTINHO, 2005, p.2).

Também segundo Coutinho (2005), a cidadania nada mais é do que um resultado de lutas no sentido vertical e de baixo para cima, o que implica um resultado desse travamento de lutas dentro de um processo histórico por um longo tempo.

Portanto, a cidadania deve ser concebida como uma experiência histórica que tem início na Grécia antiga, cujas características eram de relações entre iguais e entre esses cidadãos e o poder. De acordo com Bodstein (1997), “só ganha existência como medida de igualdade e de convivência coletiva dentro de uma comunidade política composta de sujeitos portadores de direitos” (BODSTEIN, 1997, p.15). Assim, a cidadania institui-se como pré-requisito para a participação na vida pública e para a inclusão daqueles cidadãos.

Portanto, diante do exposto e pelas características históricas apontadas, a cidadania não pode ser considerada como instituição moderna por essa fazer parte da história da humanidade a partir do momento da sua concepção como igualdade sócio-política presente sob diversas formas em todas as sociedades. “De qualquer maneira, e em suas múltiplas dimensões, a cidadania é um meio de proteção e uma condição para o exercício dos direitos” (BODSTEIN, 1997, p.15).

De acordo com Matos (2009), essa conceituação do termo cidadania evoluiu à medida que evoluía, concomitantemente, o termo dignidade humana. Assim, o sistema democrático, que acaba por se firmar como universalmente querido e desejado acaba por fundar-se como um sistema regido pela soberania da Nação e da Lei, com a igualdade de direitos de todos os cidadãos.

Podemos, nesse sentido, então, afirmar que estudar a cidadania de uma forma um pouco mais ampla trata-se de verificar a trajetória de todos os direitos nas suas mais clássicas dimensões, quer sejam civil, social e política. Para esse trabalho, porém, não pretende-se discutir a trajetória de todos os direitos, mas a verificação dos conceitos de cidadania e democracia, algumas características, um pouco do histórico e discussões acerca dos temas e sua efetivação e aplicação dentro da ONG estudada, como já dito anteriormente no capítulo introdutório.

Para Bodstein (1997), inicialmente, como já dito, com a institucionalização dos direitos civis, houve uma certa ruptura da representação política dominante e, portanto, essa relação política passa a não ser tão desigual, entre governantes e governados, entre Estado e cidadãos.

Resumidamente, portanto, quanto às questões civis, cidadania está associada ao reconhecimento e o respeito pelo outro. Já democracia, esta se refere ao regime por meio do qual todos os cidadãos, individualmente, são membros de uma só sociedade, que possui os mesmos direitos perante a lei, independentemente da sua orientação sexual, do seu gênero, da

sua raça ou da sua religião, ou como ainda nos diz Valle (2001), “do poder políticos devem participar igualmente todos os cidadãos”. (VALLE, 2001, p.9).

Assim como para Reis (1997), que afirma que:

Ser cidadão é, de uma maneira mais geral, ser portador de direitos e obrigações. Mas, de qualquer forma, há uma outra dimensão — mais valorizada pela teoria sociológica, mas igualmente implícita na teoria política —, que é a idéia de que cidadania é uma identidade compartilhada. Essa suposição deriva, é claro, da fusão histórica entre Estado e nação. Compartilhamos o pertencimento a uma identidade cultural e essa identidade cultural é simétrica a uma noção de autoridade, de Estado, que nos garante direitos porque temos essa identidade comum. (REIS, 1997, p.12).

1.1.3 Democracia moderna x cidadania

Segundo Rolnik (1992), a democracia é “o regime no qual a soberania pertence ao conjunto dos cidadãos - que, em princípio, são todos os membros de uma sociedade: todos considerados indivíduos, iguais em seus direitos perante a lei, independentemente de classe, cor, sexo ou religião”. (ROLNIK, 1992, p.2), o que, como podemos afirmar, está intrinsecamente ligada à questão discutida sobre cidadania. Assim, igualdade e liberdade são valores fundamentais na democracia moderna com sua universalidade embasada no princípio da cidadania.

Segundo Avritzer (1996), citando Habermas (2000), não somente a cidadania, mas também a democracia estiveram historicamente atreladas a algum tipo de “processo de homogeneização cultural”. Porém, o que o autor chama de “autodeterminação democrática” somente ocorrerá caso a população se torne uma nação que procure o seu destino político. Porém, essa mobilização, para que seja efetiva, demanda uma integração cultural de indivíduos que são heterogêneos.

Como se pode notar, a partir dos anos 90, há um intenso interesse por questões relacionadas à cidadania. Assim, o termo passa então, a ser vinculado, tendo, como base, a idéia de participação política, de direitos individuais e de pertencimento a alguma comunidade. Para Soares (2007):

A própria palavra cidadania já se incorporou de uma tal maneira ao nosso vocabulário que, sobre certos aspectos, ela até tende a virar substantivo, como se representasse todo o povo. Muitas vezes já ouvimos, por exemplo, de uma autoridade política a expressão: a cidadania decidirá, precisamos ouvir a voz da cidadania! Quer dizer, usando a palavra cidadania como sinônimo de povo, povo no sentido de o conjunto de cidadãos, que é o sentido democrático de povo. Os direitos dos cidadãos são, cada vez mais, reivindicados por todos, do “povão” à elite. Tais direitos estão explicitamente elencados na constituição de um país. (SOARES, 2007, p.13).

Da mesma forma, a década de 90 foi um período também no qual a quantidade de trabalhos teóricos foi tão grande que chegava a indicar o surgimento de uma teoria sobre o tema cidadania. Porém, para Kymlicka e Norman (1995), citados por Vieira (2001), para que essa teoria existisse dois obstáculos deveriam ser superados:

O primeiro seria o âmbito potencialmente ilimitado de uma teoria da cidadania, que poderia abranger qualquer problema envolvendo relações entre o cidadão e o Estado. O segundo seria a dualidade existente no interior do conceito de cidadania, ou melhor, duas concepções distintas coexistindo na noção de cidadania. Existiria uma concepção 'fina' de cidadania como status legal, isto é, cidadão como membro pleno de uma comunidade política particular. E, de outro lado, uma concepção 'espessa' de cidadania como escopo, como atividade desejável, onde a extensão e a qualidade da cidadania seriam função da participação do cidadão naquela comunidade (Kymlicka & Norman, 1995; citados por VIEIRA, 2001, p.227).

1.1.4 Características da cidadania moderna

Segundo Lavallo (2003) a cidadania moderna possui algumas características que podem ser resumidas, grosso modo, em quatro elementos:

- a) **universalidade:** diz respeito aos direitos universais das categorias sociais delineadas formalmente e não mais para castas ou estamentos com características próprias;
- b) **territorialização:** diz respeito à territorialidade e, combinada com a universalidade acaba por delimitar politicamente de modo horizontal (e não mais vertical) o alcance da cidadania e sua abrangência;
- c) **individualidade:** como o próprio nome diz, diz respeito aos vínculos criados entre indivíduos e Estado sob a forma de reconhecimento e subordinação política, o que elimina a tutela de corporações e de governos indiretos;
- d) **índole estatal-nacional:** diz respeito à existência de vínculos entre cidadania e o estado-nação. Isso se dá em virtude de lados opostos entre o território com poder centralizado *versus* população entendida como comunidade política de identidade nacional e Estado.

De acordo com Vieira (2001), importantes contribuições teóricas já foram dadas a respeito da tensão entre os diversos elementos que compõem o conceito de cidadania. Para Kimlicka (s.d.):

As teorias da cidadania são importantes porque as instituições democráticas desmoronar-se-ão

se os cidadãos carecerem de certas virtudes, tais como um espírito cívico e boa-vontade mútua. A saúde de uma democracia depende não apenas da estrutura das suas instituições mas também das qualidades dos seus cidadãos: por exemplo, das suas lealdades e de como eles encaram identidades nacionais, étnicas ou religiosas potencialmente rivais; da sua capacidade para trabalhar com pessoas muito diferentes de si mesmos; do seu desejo de participação na vida pública; da sua boa-vontade para serem moderados nas suas exigências económicas e nas suas escolhas pessoais que afectem a sua saúde e o meio ambiente. (KIMLICKA, s.d.⁴).

Para Vieira (2001), nessa conceituação de cidadania colocada anteriormente existem duas interpretações contraditórias e que merecem ser discutidas.

Na primeira, o cidadão é um ser individual e instrumental, com interesses pré-políticos. Eles são vistos como seres privados e externos ao Estado. A cidadania, nesse caso, é passiva. Na segunda interpretação, existe uma visão comunitária, com princípios de cidadania ativa. Nessa interpretação, os cidadãos são indivíduos integrados dentro de uma comunidade política. Habermas indica esses dois tipos de interpretação como dois modelos de cidadania, onde o primeiro é baseado no tratamento igual e direitos individuais e o segundo, no qual o governo possui sua participação como essência da liberdade, tornando-se componente primordial para a cidadania.

1.1.5 Tipos de cidadania

A primeira distinção entre as cidadanias social, política e civil foi estabelecida por T.H. Marshall, em 1964 [1949], quando, em sua obra, ele defendeu a necessidade de interrelação entre as elas.

Para Roberts (1997), os direitos necessários para o exercício da liberdade individual constituem a cidadania civil. Aí se aplicam os direitos de possuir bens, de ir e vir e a firmação de contratos, entre outros, todos garantidos pelo sistema legal. A cidadania política diz respeito ao direito de participar da política diretamente (enquanto governo) ou indiretamente (principalmente pelo voto). Já a cidadania social, segundo o autor, é todo o conjunto de direitos e deveres que permite uma participação de maneira igualitária, indistintamente, de todos os cidadãos.

Segundo Roberts (1997), citando Marshall (1964):

A cidadania social permite que as pessoas compartilhem da herança social e tenham acesso à vida civilizada segundo os padrões prevaletentes na sociedade. As instituições mais

⁴ ARTE DE PENSAR. Cidadania. Disponível em: http://artedepensar.com/leit_cidadania.html. Acesso em: 06 abr. 2010.

especificamente associadas a ela são, na opinião de Marshall, o sistema educacional e os serviços de saúde e de assistência social. (ROBERTS, 1997, p.2) citando Marshall, 1964, p.78).

Porém, deve-se levar em conta, diante do exposto, que as cidadanias civil e política só seriam efetivas se todos os cidadãos possuíssem o mesmo padrão básico de cultura e de vida, sem a insegurança e a falta de saúde, educação, informação etc. Portanto, apesar dessa experiência padronizada procurar diminuir essas diferenças, elas poderiam ser identificadas quando em atendimentos específicos, como, por exemplo, o acesso ao sistema de saúde ou acesso à escola e ao saneamento básico. Nesse sentido, para Roberts (1997):

A natureza da cidadania social afeta a qualidade da cidadania civil tanto quanto a da cidadania política. Os status adquiridos pelos membros de uma comunidade, pelo costume ou pela lei, em consequência de seus direitos/obrigações civis, políticos e sociais, inevitavelmente invadem os limites uns dos outros. Às vezes, essas invasões fortalecem a cidadania em todos os seus aspectos; às vezes, privilegiam um aspecto em detrimento de outro; às vezes enfraquecem-na em toda sua extensão. Uma cidadania civil fraca pode prejudicar o desenvolvimento da cidadania política, mesmo quando existe democracia formal. (ROBERTS, 1997, p.1).

Porém, vale a pena destacar que cidadania social pode ser diferenciada a depender da sociedade em que ela se apresenta e seu nível de desenvolvimento, não existindo padrões. Isso significa que apesar de que os direitos políticos e civis possam ser, de certa forma, definidos com um certo padrão, isso não acontece com a cidadania social, visto que ela define o nível de bem-estar social a ser oferecido aos cidadãos.

Segundo Dahrendorf (1994), a importância da cidadania social está justamente em sua capacidade de se ampliar e se redefinir à medida que os padrões da sociedade mudam.

A cidadania moderna, portanto, foi ampliada e definida com o passar dos anos, a partir do reconhecimento de novos direitos conquistados, em sua maioria, por lutas de novos setores da população legalmente reconhecidos. Porém, essas mesmas mudanças sofridas pela cidadania com a evolução dos tempos também oferecem alterações nas condições na qual a cidadania se estabelecia, criando novas possibilidades de transformações profundas quanto ao futuro da própria cidadania pela necessidade de novas adequações exigidas pelos novos tempos.

2. ONG

Como já visto no capítulo anterior, a partir dos anos 80, com a modernização conservadora, passam a ser garantidos aos cidadãos a liberdade dos indivíduos e o acesso às instituições poliárquicas a quase todos os cidadãos, o que podemos chamar de transição à democracia. Segundo Domingues (2006):

Podemos dizer que a consecução do processo de modernização conservadora levou a um desencaixe generalizado dos sujeitos, uma vez que foram lançados no plano nacional sem mais restrições à sua movimentação ou laços de subordinação e identidades rígidas localizadas em um espaço-tempo fechado. A cidadania, elemento-chave daquele universo poliárquico, se apresentou assim, para todos, não obstante restrições severas no plano civil, por exemplo, como o reencaixe identitário fundamental, individual e coletivamente. (DOMINGUES, 2006, p.3)

Assim, em meados dos anos 80, após 20 anos de ditadura no Brasil, o país dava os primeiros passos no sentido da redemocratização de suas instituições políticas. Essa redemocratização aconteceu, paulatinamente, por meio de pressão social de movimentos sociais, que inicialmente construíram organizações locais que foram se ampliando e ganhando visibilidade acabaram por reconquistar direitos fundamentais, inclusive o direito ao voto para eleições de prefeitos das capitais. Essas formações sociais na atualidade, portanto, segundo Rocha (2000) têm sofrido mudanças significativas em suas formas de sociabilidade, com pluralidade de identidades, individualismo, novas formas de práticas sociais. Outro aspecto a ser ressaltado é o que diz respeito ao surgimento, ainda, de novos movimentos sociais e culturais, de afirmação da cidadania, discutidos nesse capítulo.

Um exemplo prático do que está sendo colocado aqui diz respeito à eleição de representantes de movimentos sociais em nossa política, o que, de acordo com Paulics e Bava (2002) significa, antes de tudo, “a afirmação de sua autonomia diante dos mecanismos tradicionais de cooptação, clientelismo, patrimonialismo, tão característicos da história política brasileira”. (PAULICS e BAVA, 2002, p.2).

Isso nos permite afirmar que esse é o período histórico no qual as forças políticas e sociais passaram a disputar, de maneira democrática, com oligarquias tradicionais em períodos anteriores, o controle e a gestão da máquina pública, o que não seria possível nos anos anteriores. Nessa época, entre os anos 60 e 80, apesar do grande aumento do processo de urbanização, as cidades viviam sob forte domínio ditatorial, que tinham, como máxima expressão, as marcas da segregação social, com grande diferenciação de atendimento à saúde,

à educação etc, o que impulsionou o surgimento de favelas e o sucateamento dos serviços públicos básicos. Segundo Paulics e Bava (2002):

Ao desafio de formular políticas públicas orientadas para atender aos interesses das maiorias, especialmente dos mais pobres, somava-se a necessidade de enfrentar o déficit social acumulado e recuperar a máquina administrativa, torná-la eficiente e moralizá-la. (PAULICS e BAVA, 2002, p.3).

Nesse sentido, na mesma medida em que o direito se estendia à população, houve, também o aparecimento de novos atores, o que alterou a agenda pública e a redefinição do alcance das políticas públicas e os limites do espaço público.

Assim, essas modificações indicam a consolidação do que chamamos de Estado social, na segunda metade do século XX.

De acordo com Leal (1975):

A reprodução de uma grande discrepância entre os ritmos de cidadanização das sociedades metropolitanas e das sociedades periféricas ensejou nas duas últimas décadas o surgimento de um fenômeno novo na dinâmica dos empreendimentos civis de promoção social. Surgiram, de um lado, nos países centrais instituições civis dispostas a investir em projetos de cidadanização na periferia e, de outro, instituições civis nos países periféricos dispostas a implementar tais projetos com os subsídios daquelas outras. Podem ser aí compreendidas em boa parte o que hoje se chama "organizações não-governamentais" (ONGs). (LEAL, 1975, p.47).

Chegando em nossa atualidade, os projetos e movimentos sociais aparecem em maior intensidade no Brasil a partir de 1990 e são realizados por ONGs, entidades que fazem parte do Terceiro Setor, como associações comunitárias, entidades sem fins lucrativos, fundações, etc. Apesar de se caracterizarem heterogeneamente, todos possuem um mesmo objetivo entre suas ações, que é o exercício e a luta pela cidadania e por conquistas sociais dos mais variados interesses.

Essas entidades se definem como organizações que não possuem fins lucrativos (ou com fins públicos) e seus objetivos são direcionados, na sua maior parte, a nível local ou municipal.

Essas organizações surgem, na verdade, nos anos 80, quando se inicia uma série de reivindicações por direitos, transformando o espaço público em um lugar de interlocução entre o Estado e a sociedade civil, a partir de lutas sociais. A participação militante efetiva e o interesse na reconstrução democrática no país, que acontece a partir da década seguinte, eram bandeiras levantadas por essas entidades.

Nos anos 90, portanto, de acordo com Gohn (2000):

O aprofundamento das estratégias neoliberais de constituição do Estado Mínimo, através da restrição das ações de assistência social e as transformações no setor produtivo da sociedade, geraram mudanças nas políticas públicas, implantando um novo modelo de desenvolvimento pautado na transferência de serviços da área social para o setor privado sem fins lucrativos. Assiste-se a criação de uma esfera pública não-estatal, que reproduz as políticas públicas, mas não compõe o Estado. (GOHN, 2000, p.61)

Assim, a partir dos anos 90, a sociedade civil passou a ter uma maior organização por meio das ONGs, destacando-se destas, principalmente, aquelas provenientes da cultura participativa nas décadas anteriores e que eram já articuladas, naquele período, a movimentos sociais reivindicatórios e que “atuam de forma mais integrada às políticas neoliberais”. (GOHN, 2000, p. 62).

Os recursos captados por essas organizações são provenientes de diversos programas governamentais e em parcerias com municípios, estados e federação. Então, conclui Gohn (2000) que “os novos cidadãos se transformaram em clientes de políticas públicas administradas pelas entidades do terceiro setor” (GOHN, 2000, p. 68), o que nos permite afirmar que essas entidades têm sido formadas com a intenção de protestar contra maus serviços prestados pelo governo, procurando exigir com mais eficácia dos mesmos. É nesse contexto que as Organizações Não-Governamentais (ONGs) acabam ganhando evidência, além de servirem, em alguns momentos, como um grupo formador de opinião.

Alguns autores, como Franco (1994); Novaes (1998); Landim (1998), entre outros, têm valorizado essas iniciativas, o que é denominado por Leite (2000) como um “estado de fermentação social”, o que, segundo ela, geraria uma nova atividade na sociedade brasileira, com uma explosão de solidariedade que traria consigo inúmeras outras formas de participação, algumas até mesmo voluntárias e com algum nível de profissionalização e com objetivos e metas diversos. (LEITE, 2000, p.23).

Especificamente sobre a questão da formação de opinião e a participação cada vez mais efetiva de jovens nessas organizações, sabemos que a partir dos 16 anos os jovens já passam a ter direito de exercer o voto. Nesta idade, espera-se que já estejam preparados para o mais importante momento político do país. Daí surgem alguns questionamentos: é responsabilidade de quem orientá-los sobre a importância de se votar conscientemente? Onde obter informações relevantes sobre os candidatos e sobre a situação política do país? Que tipo de informação é relevante na hora de votar? Entre as possíveis respostas para estas perguntas as mais comuns seriam: é responsabilidade dos pais orientar os jovens; é dever da escola trabalhar estes assuntos; é obrigação de cada um correr atrás dessas informações; ou uma

oportunidade para as ONGs conseguirem desenvolver mais amplamente o seu objetivo principal, que é o de, de acordo com Braga (s.d.):

As ONGs expressam uma diversificação do fazer político, ampliam a esfera política, consolidam a esfera pública ampliada e ratificam os interesses da sociedade civil frente ao Estado. O caráter público da ação das ONGs não está reduzido à ação de política pública complementar. O campo é bem mais amplo. Elas conferem legitimidade às políticas públicas. O objetivo das ONGs é fortalecer o Estado democrático, com uma sociedade civil organizada, protagonista, e não, enfraquecê-lo. Segundo pesquisa realizada pelo IPEA e IBGE, em parceria com a Abong e Gife, existem hoje no Brasil 276 mil associações e fundações sem fins lucrativos, que executam importantes serviços à população. O setor já emprega um milhão e meio de pessoas. (BRAGA, s.d., p.3).

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) vem lutando, desde 2005, durante o Seminário “Marco Legal das ONGs” por uma legislação que contemple, dentre outros aspectos, a regulação de todas as entidades sem fins lucrativos que atuam no campo social, com diferenciação entre seus diversos tipos; a verificação, por parte do poder público da importância das ONGs no processo democrático e o fortalecimento das estruturas organizativas da sociedade civil; o reconhecimento de um conceito amplamente democrático de fim público, valorizando a existência de organizações autônomas, o que não impede as possíveis parcerias entre elas e o Estado; além do reconhecimento de direitos ainda não reconhecidos pelo Estado, como seu controle social, sem o seu uso abusivo por governantes com a intenção de utilizá-las como terceirização de políticas públicas.

Atualmente, do ponto de vista institucional, a periferia de inúmeras cidades vive uma realidade diferente das décadas anteriores. Além do poder público e religioso, normalmente envolvidos em ações de cunho social, as comunidades contam, hoje, também, com a atuação efetiva das ONGs.

2.1 Conceituação

Segundo a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, em seu site⁵, a sigla ONG corresponde à Organização Não-Governamental — uma expressão que admite muitas interpretações. A definição textual (ou seja, aquilo que não é do governo) é tão ampla que abrange qualquer organização de natureza não-estatal. Em âmbito mundial, essa expressão surgiu pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial, com o uso da denominação em inglês “Non-Governamental

⁵ ABONG. O que é uma ONG? Disponível em: www.abong.org.br/perguntasmaisfrequentes. Acesso em 14 ago. 2009.

Organizations (NGOs)”, para designar organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais.

Do ponto de vista formal, uma ONG é constituída pela vontade autônoma de mulheres e homens, que se reúnem com a finalidade de promover objetivos comuns de forma não lucrativa. No Brasil, a expressão era habitualmente relacionada a um universo de organizações que surgiu, em grande parte, nas décadas de 1970 e 1980, apoiando organizações populares, com objetivos de promoção da cidadania, defesa de direitos e luta pela democracia política e social. As primeiras ONGs nasceram em sintonia com as demandas e dinâmicas dos movimentos sociais, com ênfase nos trabalhos de educação popular e de atuação na elaboração e controle social das políticas públicas.

Ainda de acordo com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (s.d.):

ONG seria um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania. (ABONG, s.d., s.p.).

Segundo Herbert de Souza, o Betinho, citado por Nascimento *et al* (2006):

Uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. (...) As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham. (NASCIMENTO *et al*, 2006, p.2)⁶.

Ainda de acordo com a Associação Brasileira de ONGs, um estudo feito em 2004, por meio de uma parceria entre a ABONG, o Ipea e o IBGE divulgou que, em 2002, havia 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos (Fasfil) no país, empregando 1,5 milhão de pessoas. Em Belo Horizonte, ainda segundo a pesquisa, são 1807 ONGs voltadas para as mais diversas comunidades e fins.

Na pesquisa realizada pelo Centro de Apoio ao Terceiro Setor do Ministério Público de Minas Gerais (CAOTS)⁷, citada pelo Ministério Público estadual, a distribuição por área de atividades ou atuação mostra que, em primeiro lugar, estão as organizações voltadas para a

⁶ NASCIMENTO, Daniel; PINHEIRO, Mirela; VIEIRA, Samyr; OLIVEIRA, Pámela. **Desenvolvimento sustentável:** cultura e movimentos sociais. A experiência WWF. Disponível em: www.ufac.br/pro.../pr.../desenvolvimento_sustentavel_wwf.pdf. Acesso em: 13 out. 2009.

⁷ MINISTÉRIO PÚBLICO. Repositório de informações. Disponível em: <http://www.mp.mg.gov.br/porta/public/interno/repositorio/id/3385>. Acesso em 18 set. 2009.

assistência social, com 33% do total. Educação e pesquisa aparecem em seguida, com 18%. Cultura, com 10%; religião, com 9%; saúde, com 7%; esporte e lazer, com 3%; defesa de direitos e atuação política, com 3%; organização de benefícios mútuos, com 2%; meio ambiente e animais, com 2% e outras áreas de atuação perfazem 13% do total de entidades cadastradas.

2.2 ONGs e resgate da cidadania

Como pudemos observar na pesquisa descrita anteriormente, essas ONGs são, em sua maioria, voltadas para a assistência social e são direcionadas para as camadas populares da população. Além disso, essa pesquisa ainda aponta que o público-alvo de suas reivindicações são, em grande parte direcionadas às crianças, jovens e/ou idosos na situação de risco social. Essa definição de risco social, de acordo com Coimbra (2001) e Coimbra e Nascimento (2003), trata-se de uma questão importante, visto que esse termo é ligado à pobreza e à marginalidade, como indicam seus estudos. Além disso, o termo pobreza, ainda de acordo com as autoras, passou a ser entendida como sinônimo de vadiagem, vícios, criminalidade e ociosidade. Dessa maneira, as pessoas que sofrem com a pobreza passam a ser vistas como um perigo social. Para as pesquisadoras, essa concepção preconceituosa ainda existe em nossa sociedade e é bastante difundida, principalmente às relacionadas à juventude pobre que, não só não têm seus direitos resguardados e garantidos como também são marginalizados e excluídos, pois são vistos como uma ameaça ao bem-estar social.

Segundo Scherer-Warren (1999), essas instituições nas suas mais diferenciadas formas de participação política e social, acabam por promover a participação cada vez maior da sociedade civil, inclusive na formulação e aplicação das políticas públicas. A autora cita, como alguns exemplos dessa participação, conselhos de orçamento participativo, de saúde, escola-comunidade, campanhas como o Viva Rio, a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, a Ação da Cidadania contra a Violência, entre outras e, ainda, os projetos e as ONGs designadas como filantrópicas.

2.3 ONGS, Educação e cidadania

Conforme nos afirma Araújo (1998), as instituições mais intimamente ligadas aos direitos sociais envolvem as questões educacionais e sociais, confirmando a Educação como base dos direitos sociais. Nesse sentido, o direito à Educação afeta o status da cidadania, visto

que, para o autor, o direito à Educação nada mais é do que o direito de o indivíduo adulto ter o acesso à Educação e à informação.

Assim, a educação tem um papel fundamental no processo de organização da sociedade, já que viabiliza a sociabilização da sociedade do conhecimento e instrumentaliza a formação e o exercício da cidadania.

Podemos, então afirmar que, ao socializar esse conhecimento construído historicamente, portanto, produzindo, ainda, novos conhecimentos, a escola acaba por cumprir o seu papel social.

Matos (2009), nos revela que, porém, para cumprir esse papel social e contribuir para essa inserção dos indivíduos na sociedade,

[...] a escola deve estabelecer os parâmetros da relação entre o sujeito e os outros, suscitando a aprendizagem de valores, normas e regras de conduta com vista à inserção dos alunos na vida comunitária. Suscitando a aprendizagem e, também e sobretudo, a vivência... De facto, a escola deveria, toda ela, constituir uma comunidade capaz de reproduzir as condições da vida social e onde o aluno aprenderia a viver em sociedade...vivendo. (MATOS, 2009, p.2).

Ao discorrer sobre esse tema, o autor questiona sobre o que seria, então, educar cidadãos ou educar para a cidadania. É o próprio autor que responde que, na sua opinião, educar para a cidadania seria estreitar os laços entre indivíduo e sociedade e que esse pertencimento desse indivíduo na comunidade à qual pertence identifica-se por meio de várias ocorrências, como, por exemplo, o reconhecimento de uma lei, o direito à diferença, a aprovação e a condenação e a racionalização de opções, entre outras.

De acordo com Spósito (1993), "A luta política é capaz de redefinir o sentido e a necessidade do saber, do direito à educação e da própria escola" (SPOSITO, 1993, p.375). Portanto, a valorização da Educação se faz necessária visto que é ela que torna possível a conquista de direitos pelos cidadãos, o que tem, com consequência, a melhoria da qualidade de vida.

Procurando fazer uma análise, mesmo que não tão aprofundada, sobre essa ligação tão estreita entre educação, cidadania e política, primeiramente, de acordo com Valle (2001), faz-se mister entendermos que a atividade educacional por si só não deve ser concebida como prática isolada, mas como um produto de toda uma comunidade; sendo que ela é causa e consequência do que é oferecido e disponibilizado pela ONG, identificada a seguir, no próximo capítulo.

3. METODOLOGIA

Com a pretensão de verificar quais os resultados efetivos que uma ONG, aqui, no caso específico desse trabalho, o Projeto da Associação Querubins, pode trazer aos seus jovens participantes, no que diz respeito a aspectos políticos e sociais, é que procuramos desenvolver essa pesquisa. Assim, procuramos observar como é o trabalho da ONG com os jovens que dela participam, qual a visão que eles têm sobre a ONG e sobre conceitos como cidadania, participação política e efetiva, entre outros. Entre os questionamentos iniciais alavancadores de nosso trabalho, podemos citar: De que forma é feito esse resgate da cidadania desses jovens? E o que resgatam? O que essas crianças e jovens apreendem sobre cidadania? Para responder tais perguntas, tivemos por objetivos principais verificar se os alunos atribuem à ONG a função de prepará-los ou não para exercer uma vida política plena, ou seja, conscientizá-los sobre a importância de participar mais ativamente da política; averiguar qual a principal fonte de informação sobre política que os atendidos pela associação possuem, verificando se eles gostam de ficar informados sobre as questões políticas que envolvem o país e o que fazem com essa informação adquirida.

Ainda como parte da pesquisa, pretende-se contrastar os perfis culturais de participantes e não-participantes da entidade, tendo o mesmo perfil sócio-econômico, procurando analisar os impactos da decisão de participar ou não efetivamente das questões políticas e cidadãs de nosso país e/ou na comunidade da qual participam.

Para tanto, para a realização da parte inicial dessa pesquisa, optamos por uma abordagem quantitativa com a finalidade de traçarmos o perfil socioeconômico dos participantes. Porém, para conseguirmos abranger nossos objetivos com maior profundidade, optamos, na fase seguinte, por uma pesquisa qualitativa e, porque não dizemos, naturalística, visto que essa nos possibilita uma melhor compreensão dos dados que envolvem o problema inicial, quer seja: até que ponto os jovens participantes da ONG Projeto Querubins apreendem e utilizam conceitos como cidadania e participação política efetiva no cotidiano de suas vidas e nas atitudes dos seus dia-a-dia.

Para Lüdke e André (1986):

[...] essa abordagem não se realiza numa estratosfera situada acima da esfera de atividades comuns e correntes do ser humano, e sim, é típico delas. Através de uma abordagem qualitativa podemos entender, ainda, o fenômeno educacional como situado dentro de um contexto social. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.2).

Portanto, nos preocupando com os dizeres das autoras, procuramos estar em contato direto com esse ambiente “natural”, desde o primeiro momento, na nossa ida à entidade para pedirmos autorização para realização da pesquisa, buscando presenciar o maior número possível de situações que manifestassem o trabalho com a cidadania e os significados atribuídos a ela pelos envolvidos, dando ênfase ao processo e não ao produto.

Portanto, para a análise dos dados, privilegiou-se a abordagem qualitativa, porém, sem rejeitar a quantificação, a qual também recorreremos para fazer algumas análises. Para isto, levou-se em consideração o que nos diz Bardin (1977), quando afirma que:

A abordagem quantitativa fundamenta-se na frequência de aparição de certos elementos da mensagem. A abordagem não quantitativa recorre a indicadores não frequenciais susceptíveis de permitir inferências; por exemplo, a presença (ou a ausência) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição. (BARDIN, 1977, p.114).

A forma que assumimos para essa pesquisa qualitativa foi um estudo de caso, pois para Yin (2004), é ele que nos permite uma investigação “para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real” (YIN, 2004, p.20). Nesse sentido, segundo Lüdke e André (1986), “quando queremos estudar algo singular, que tenha valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso”, sendo este “é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 17-18). Portanto, o estudo de caso justifica-se pela facilidade de coleta de dados, pela possibilidade de observação de detalhes, e sendo essa rica em dados descritivos.

Nesse sentido, o estudo de caso focalizou a realidade complexa e contextualizada dos sujeitos envolvidos, proporcionou um estar atento a novos elementos que emergiam como importantes durante o estudo, retratou a realidade de forma completa, usou uma variedade de fontes de informação, revelou experiência vicária e permitiu generalizações naturalísticas, dentre outros, por meio de um confronto com um quadro teórico inicial à busca de novas indagações (YIN, 2004). Estivemos sempre atentos a novas descobertas, e Yin (2004), nos mostra a importância dessa atenção, quando diz que “o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. (YIN, 2004, p.26).

3.1 Fases da pesquisa

Para tanto, nos embasando ainda em Lüdke e André (1986), a nossa pesquisa se realizou em três fases, sendo a primeira, exploratória, procurando verificar apenas dados mais superficiais; a segunda, que as autoras denominam-na como sistêmica, pois é nela que acontece a coleta de dados; e a terceira, que corresponde ao momento de análise dos dados coletados e elaboração do relatório.

Para a realização da coleta de dados do estudo de caso realizado, além do registro das interações ocorridas durante a observação, utilizamos os seguintes instrumentos para dar encaminhamento à pesquisa: o questionário e a entrevista. No primeiro momento, nos utilizamos da aplicação dos questionários para os jovens participantes da ONG, explicado mais à frente nesse trabalho.

Em um segundo momento, propõe-se, ao término da aplicação dos questionários, uma entrevista não estruturada, com a finalidade de recuperar algumas respostas desses sujeitos participantes da ONG, a fim de um maior detalhamento acerca das questões colocadas.

Em um terceiro momento, será realizada uma entrevista com jovens com o mesmo perfil sócio-econômico dos entrevistados atendidos pela ONG, porém, que não estejam frequentando a Associação, a fim de verificar a diferença de respostas entre essas duas realidades vividas por sujeitos distintos, mas com características sociais próximas. Esta entrevista foi planejada como semi-estruturada, composta inicialmente por 15 perguntas que servirão de base para conclusões sobre os objetivos deste estudo.

3.2 Instrumentos de coleta de dados

3.2.1 Questionário

Para conhecer melhor aquela instituição na qual realizaríamos nossa pesquisa, inicialmente, aplicamos um questionário na coordenação geral (ANEXO 1), e outro questionário destinado a monitores da instituição pesquisada (ANEXO 2). Algumas perguntas iniciais foram colocadas no questionário formuladas previamente e, a partir dessas, outras foram elaboradas, sob a forma de entrevista informal, para maiores esclarecimentos posteriores.

Esses questionários foram disponibilizados de duas formas: impresso e virtual⁸, de forma a facilitar a aplicação dos mesmos. Porém, na utilização deste instrumento, ficamos bem atentos às limitações do mesmo, como nos incentiva Yin (2004), pois nosso objetivo com a aplicação destes questionários foi o de nos familiarizarmos com a dinâmica e as pessoas da instituição.

Já com relação aos adolescentes, principais sujeitos de nossa investigação, propusemos uma abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa, como já dito anteriormente. Assim, a coleta de dados se realizou por meio da aplicação de um questionário com os jovens participantes da instituição pesquisada (ANEXO 3), intercalando perguntas abertas e fechadas, a fim de verificar, inicialmente, o perfil sócio-econômico e cultural dos atendidos, para possibilitarmos delinear os sujeitos de nossa pesquisa. Após esse delineamento, continuamos com a aplicação do questionário referente à parte qualitativa que o envolvia. Somente após esse percurso é que foi possível a realização da entrevista com jovens da comunidade que não são participantes da ONG pesquisada, já na terceira etapa de nosso trabalho.

3.2.2. Entrevistas

As entrevistas individuais (ANEXO 6) foram feitas com 25 moradores jovens da comunidade Vila Acaba Mundo, em Belo Horizonte, com a finalidade de selecionar os que possuíssem o mesmo perfil socioeconômico dos sujeitos envolvidos na ONG pesquisada. Ao fazer essa análise socioeconômica, conseguimos obter apenas cinco sujeitos, que, além de pertencerem a comunidade e serem moradores da Vila, ainda possuíam características socioeconômicas o mais aproximadas possíveis daqueles jovens participantes da ONG.

Sabendo do seu caráter de interação, optamos por realizar entrevistas semi-estruturadas, para que o sujeito entrevistado pudesse expor seus conhecimentos e vivências em relação à questão do problema, sem o risco de excesso de formalidade, facilitando a abordagem dos mesmos, pois, conforme lembram Lüdke e André (1986): “na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável

⁸ O endereço disponibilizado para o questionário da coordenação foi: <https://spreadsheets.google.com/viewform?formkey=dHdjOUliVks0Ymx1WxpYMWZTSjdkWWc6MA.>; o questionário para monitores ficou disponível no endereço eletrônico: <https://spreadsheets.google.com/viewform?formkey=dDNhMjZyNDhfODJuNVV4NUhjdHJ1aWc6MA.>; e o questionário para os alunos, que será descrito mais a frente ficou disponível na página: <https://spreadsheets.google.com/viewform?formkey=dDZnd2ZFOTdYcWVLVKEyMWI3cm51dkE6MA.>

e autêntica”. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.34). Esse foi um dos pontos mais preocupantes e que trouxe alguns problemas para a pesquisa, visto que por se tratar de uma comunidade que passa por inúmeros problemas sociais, havia o receio por parte dos entrevistados, da gravação ou filmagem das entrevistas, o que prejudicou muito a recuperação de alguns dados, sendo utilizado, para isso, apenas as anotações do pesquisador.

Assim como na utilização das outras técnicas de pesquisa, nos empenhamos nos cuidados necessários à sua utilização como o respeito pelo entrevistado, sua cultura, seus valores, mostrando capacidade de ouvir atentamente, além de estarmos atentos aos seus limites e exigências. Foi necessária, durante as entrevistas, a utilização de um roteiro com os tópicos principais da questão investigada, pois, ainda segundo Lüdke e André (1986):

Esse roteiro seguirá naturalmente uma certa ordem lógica e também psicológica, isto é, cuidará para que haja uma seqüência lógica entre os assuntos, dos mais simples aos mais complexos, respeitando o sentido do seu encadeamento. (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 34).

3.3 A Comunidade Vila Acaba Mundo

A Vila Acaba Mundo, compreende uma área de cerca de 33 mil m², localizada na região Centro-Sul de Belo Horizonte, em Minas Gerais, entre os bairros Sion, Anchieta, Mangabeiras e Belvedere, como podemos observar no Mapa e distribuição (ANEXO 5). Possuía, em 2005, de acordo com o site Favela é isso aí⁹, 329 domicílios residenciais e 27 não residenciais, com uma população de 1187 moradores.

De acordo com o Plano Global Específico¹⁰, realizado em 2000 pela URBEL e pelo diagnóstico feito pela Habitus Consultoria, em 2005, citado por Martins e Alves (2007), a Vila Acaba Mundo possui, ainda, as seguintes características:

[...] a Vila é constituída por 329 domicílios e 1187 habitantes, sendo que desses 49,6% são do sexo masculino e 50,4% do sexo feminino. Além disso, a comunidade da Vila Acaba mundo pode ser considerada como tendo população essencialmente jovem – 41,4% dos moradores têm entre 10 e 29 anos. O quadro de exclusão sócio-econômica fica evidenciado quando reunidas as informações acerca da renda familiar dos moradores: cerca de 12% das famílias declararam não possuir renda; 45% recebem até um salário mínimo; 35% de um a dois salários; e apenas 8% acima de dois salários mínimos. (POLOS, 2005; HABITUS, 2005). (MARTINS e ALVES, 2007, p.3).

⁹ FAVELA É ISSO AÍ. **Vila Acaba Mundo**. 2009. Disponível em: http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades_mostra.php?cod=3. Acesso em: 8 nov. 2009.

¹⁰ URBEL/PBH. **Plano Global Específico** – Um Instrumento de Planejamento Urbano em Assentamentos Subnormais. Disponível em: www.habitare.infohab.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/54.pdf. Acesso em 13 dez. 2009.

Ainda de acordo com o Plano Geral Específico (PGE), elaborado pela Urbel/PBH, a Vila Acaba Mundo existe desde a década de 40 e surgiu a partir da implantação da Mineradora Lagoa Seca, que explora terrenos vizinhos ao vale onde está localizada a vila. Antes da ocupação, o terreno estava coberto por mata fechada e era de propriedade privada. Com a implantação da mineradora, muitos imigrantes do interior vieram para a capital trabalhar na mineradora e acabaram morando no local. A Vila Acaba Mundo recebeu esse nome porque está localizada em um vale fechado, entrecortado por dois morros que são separados por um córrego chamado Acaba Mundo.

Ainda segundo o site Favela é isso aí, em 1979, já com alto índice de ocupação, um grande volume de chuvas deixou parte dos moradores desabrigados, o que os fizeram se organizar para evitar mais tragédias e uma ocupação desordenada da região. Assim, ainda no final da década de 70 é fundada a Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Já nos anos de 1980, a Vila passou por algumas importantes transformações, como, por exemplo, a implantação de iluminação pública e de redes de água e esgoto pela PBH e a reconstrução do Centro Comunitário. Para o site, “de acordo com os moradores, as melhorias obtidas nesta época são resultados do posicionamento político da associação de bairro.” (FAVELA É ISSO AÍ, 2009, s.p.)¹¹.

A partir de 1992, começaram a se instalar na Vila algumas entidades e projetos sociais, entre eles a Associação Querubins, em 1994, que também contribuíram para a melhoria das condições de vida da comunidade. Já no ano de 2005, as lideranças comunitárias locais acabaram por formalizar a criação do Fórum de Entidades do Entorno das Minerações do Acaba Mundo (Femam) que discute melhorias para a Vila e o seu relacionamento com a Mineração Lagoa Seca. (FAVELA É ISSO AÍ, 2009, s.p.)¹².

3.4 Perfil da Instituição pesquisada - Projeto Querubins

O Projeto Querubins, antes denominado Programa Querubins, surgiu no ano de 1994, a partir da iniciativa da consultora em hotelaria, Magda Coutinho, quando um grupo de crianças e jovens foi chamado para cuidar de árvores em áreas degradadas próximas à Vila Acaba Mundo, localizada no bairro Sion, na região Sul de Belo Horizonte. A primeira atividade desenvolvida foi um mutirão ecológico organizado com as crianças da Vila para

¹¹ FAVELA É ISSO AÍ. **Vila Acaba Mundo**. 2009. Disponível em: http://www.favelaissoai.com.br/comunidades_mostra.php?cod=3. Acesso em: 8 nov. 2009.

¹² Idem.

salvar a Praça JK. Esta iniciativa levou a Prefeitura a procurar parcerias com empresas particulares para transformar a Praça JK em um ponto de referência e lazer para a população local.

O sucesso dessa primeira empreitada fez, então, surgir o Projeto Querubins, que procurava, principalmente, aumentar a auto-estima de crianças e adolescentes que passavam por diversas necessidades e demandas sociais, desenvolvendo a cidadania e, conseqüentemente, a qualidade de vida desses sujeitos. Assim, com o passar do tempo, ampliou-se a integração social desses indivíduos, mostrando que muito mais poderia ser feito por eles. Portanto, em 1999, foi criada a Associação Querubins, realizadora do Projeto Querubins, que passou a ter um espaço de cerca de 10 mil m², cedido em regime de comodato, pela Mineração Lagoa Seca, localizado na Rua Correias, 700, bairro Sion, em Belo Horizonte, nas proximidades da Vila. Desde então, a entidade, que em 2001 obteve o Certificado de Utilidade Pública Municipal e, em junho de 2002, o Certificado de Utilidade Pública Estadual, passou a ter, como atividades principais, o combate à exclusão social de crianças e adolescentes da Vila Acaba Mundo e ao trabalho infantil, por meio de atividades lúdicas, tirando esses sujeitos das situações de marginalidade e trazendo para um local onde participam de atividades de transformação social e desenvolvimento humano.

Segundo o folheto de propaganda da instituição (ANEXO 4), a instituição possui três eixos de ação, que são:

Aprendizes de Querubins: atende a crianças de 6 a 13 anos, visando seu desenvolvimento saudável não só nos aspectos formais do conhecimento, como também em seus componentes artísticos e lúdicos;

Querubins Oficinas de Arte: direcionadas a crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos, oferecem aulas de dança, música, artes visuais, literatura, acompanhamento escolar, sexualidade, educação física, capoeira, percussão, prosa e poesia e educação ambiental;

Querubins Extensão: proporciona o aperfeiçoamento e complemento do ciclo de formação do educando com uma perspectiva pré-profissionalizante em diversas áreas: música, dança, informática, construção de instrumentos, hospitalidade (cozinha, garçon, etc), alfabetização de adultos e fabricação de produtos de higiene pessoal. (QUERUBINS, s.d.).

Assim, a Associação trabalha com as crianças e jovens a importância da escola e a possibilidade da formação integral, por meio das oficinas de arte-educação, além de serem incentivados a cooperarem com todo o processo em que estão inseridos a fim de desenvolverem suas potencialidades. Vale a pena destacar, também, algumas atividades que envolvem não somente as crianças e adolescentes, como também suas famílias e toda a comunidade da Vila Acaba Mundo, contribuindo para a melhoria do lugar onde vivem e das

áreas de lazer envoltas à comunidade. Alguns dos exemplos que podemos citar são o Mutirão de Limpeza da Vila e do Córrego do Acaba Mundo.

Segundo o atual coordenador da entidade, Ronilson Luiz Mário, a Associação Querubins¹³ possui um grupo de mães como um trabalho de geração de renda no qual elas aprendem a fabricação de produtos de higiene e bijouteria e vendem, posteriormente, seus trabalhos em feiras beneficentes. Outro trabalho que merece destaque é o de profissionalização com parceiros da Associação, como, por exemplo, o SENAC-MG, o Itai produtos naturais, o Instituto Ayrton Senna e a Prefeitura de Belo Horizonte, Sicepot-MG, Tianastácia, Skank, Governo Federal, CEMIG, Santa Bárbara Engenharia, Banco Itaú, entre outros, além de escolas solidárias, como o Colégio Edna Roriz, Grupo Despertar e a Cooperativa de Ensino de Belo Horizonte. A Instituição também conta com recursos de incentivos fiscais do Ministério da Cultura, da Fundação Municipal da Cultura e do Fundo da Infância e da Adolescência (Fia), que permitem deduções tributárias de empresas que contribuem com a Associação.

A instituição conta com diversos profissionais para atuarem com as crianças e os adolescentes, como, pedagogos, psicólogos, cozinheiras, jardineiro, além dos professores e monitores. Segundo dados do IBGE divulgados no folheto da entidade, no projeto Querubins, os próprios alunos são preparados para, posteriormente, assumirem o papel de monitores na Associação, que, em 2008 possuía o seguinte quadro de participantes:

400 educandos (crianças e adolescentes);
 200 educandos adultos;
 19 educadores;
 9 monitores;
 5 coordenadores e assistentes de coordenação;
 24 voluntários;
 apoiadores de serviço administrativo;
 2 cidadãos cumprindo pena alternativa;
 2400 pessoas beneficiadas indiretamente. (QUERUBINS, s.d.).

Em 2009, segundo a coordenação da entidade, são 250 educandos crianças e adolescentes, distribuídos em dois turnos, sendo, desse total, 186 frequentes, entre 6 e 18 anos de idade, além da turma de educação de jovens e adultos. Atualmente, ainda de acordo com a coordenação, são cinco monitores assalariados, além de voluntários. A entidade já formou 25 outros monitores que trabalham em outras instituições na cidade. Quanto à questão de infraestrutura, a Associação Querubins conta com cozinha ampla, salas da administração, secretaria, toldo de circo, sala de dança, sala de artes plásticas, biblioteca, sala de informática,

¹³ Em conversa inicial com o pesquisador, no dia 03 de setembro de 2009.

sala de apoio escolar e uma sala infantil, onde as crianças menores são atendidas. Além disso, há também um espaço de cerca de 1000m², onde se encontra a horta orgânica e uma sala-viveiro de mudas de plantas, além da quadra de esportes e área externa.

Entre as oficinas disponibilizadas pela ONG podemos citar, aulas de circo, música, danças contemporânea, afro-brasileira, clássica, de rua, capoeira Angola, percussão, construção de instrumentos, horticultura orgânica, jardinagem, entre outras. Em diversas oportunidades, os alunos se apresentam em outras cidades e estados brasileiros. Além das oficinas, os alunos ainda podem se aperfeiçoar com uma perspectiva pré-profissionalizante em diversas áreas, além de ter acompanhamento escolar, aulas de sexualidade, prosa e poesia e educação ambiental. O jovem pode, ainda, participar de cursos profissionalizantes na área de hotelaria, como garçom e garçonete, entre outros.

Para manter algumas dessas atividades, a Associação faz parcerias com instituições como a ONG Corpo Cidadão, que tem o projeto de dança Sambalelê e o SENAC-MG, que no ano de 2009 disponibilizou instrutores e pedagogos para o desenvolvimento de cursos de qualificação na área de cozinha e hotelaria abertos para a comunidade da Vila, oferecendo aos moradores oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Ainda de acordo com Ronilson Mário, coordenador da instituição, o trabalho de apoio é feito na Associação não só com os alunos, mas com todos os envolvidos, inclusive monitores, educadores e pais ou responsáveis, além de adultos da própria comunidade. Segundo ele, a instituição sempre passa por problemas de falta de verba, inclusive quando fomos até a instituição, grande parte dos alunos se empolgaram com a abertura do laboratório de informática, acreditando que eles teriam aulas de computação, que não acontecem desde o final do ano de 2009. Entre os principais problemas com relação a essa falta de aulas de informática, verba para compra de peças e para capacitar monitores foram citados pela coordenação. Como planos para o futuro, o coordenador afirmou que o grande sonho da Associação é conseguir capacitar os próprios moradores da comunidade para exercer funções dentro da instituição, sem precisar recorrer a professores de fora da comunidade Acaba Mundo. *“Temos que valorizar sempre a prata da casa. Esse é o nosso maior desafio. Mas vamos conseguir!”*, afirma. Ele ainda nos disse que a Associação ainda precisa aprender muito para conseguir crescer ainda mais. Para ele, o maior desejo é de conseguir juntar mais crianças, inclusive aquelas que ainda não participam da ONG, além de uma maior união entre Associação, alunos, família, comunidade, escola e governos, *“para que todos pudessem se sentir ainda mais fortes do que são”*.

3.5 Sujeitos da pesquisa

A escolha dos alunos assistidos pela entidade que faria parte da nossa pesquisa se deu de forma aleatória. No dia 02 de fevereiro de 2010, primeiro dia de aula na instituição, fomos até a entidade para fazer a segunda parte da pesquisa, que se referia à aplicação do questionário socioeconômico para alunos. Vale a pena destacar que os próprios alunos chegaram até nós, assim que montamos a aparelhagem técnica (notebooks e modems 3G) no laboratório de informática da Associação Querubins, além de três outros computadores cedidos pela própria entidade. Isso aconteceu, de acordo com a coordenação do projeto, porque os alunos estavam, desde o final do período letivo, sem aulas de computação e quando perceberam a abertura do laboratório, se empolgaram e queriam mexer “de qualquer jeito” nos computadores. Assim, como na entidade, segundo a coordenação são atendidos 250 crianças e adolescentes, procuramos fazer a pesquisa com 10% desse total, visto que a quantidade de alunos naquele primeiro dia era ainda muito pequena, diante do número total de atendidos. Aplicamos o questionário, via internet, para os primeiros 25 alunos da fila que se formou, sem nos importarmos com o perfil de cada um deles, procurando obtermos dados quantitativos por amostragem, além de qualitativos, como já colocado anteriormente.

A terceira etapa de coleta de dados de nossa pesquisa foi realizada no dia 13 de fevereiro, por meio da entrevista, na comunidade, de jovens que não participavam da Associação e que tivessem um perfil socioeconômico semelhante ao dos alunos questionados na entidade, a fim de procurar analisar as informações qualitativamente e dentro de um mesmo padrão. Ao todo, 25 jovens foram entrevistados, sendo que desses, apenas 5 estavam dentro do perfil socioeconômico que procurávamos, além de terem idades semelhantes às dos alunos que responderam ao questionário. Dos 25 jovens não participantes, 12 tinham 18 anos ou mais e, portanto, não foram utilizados na pesquisa. 6 outros afirmaram ser de outra cidade e até mesmo de outro estado, estando na Vila apenas de passagem. Essa informação também elimina esses entrevistados já que outro requisito é de que fossem moradores da comunidade Vila Acaba Mundo. Nenhum desses sujeitos quis revelar ao pesquisador suas identidades e nem mesmo apelidos a fim de identificá-los com maior precisão. Outros dois dentre o total desses 25 disseram que não iam dar nenhum tipo de informação, além da idade e que “era perda de tempo tentar entrevistá-lo”. Um deles chegou a deixar subentendido, por gestos, que estava armado e que não queria ser entrevistado.

Sobre os jovens participantes da ONG, podemos traçar o seguinte perfil:

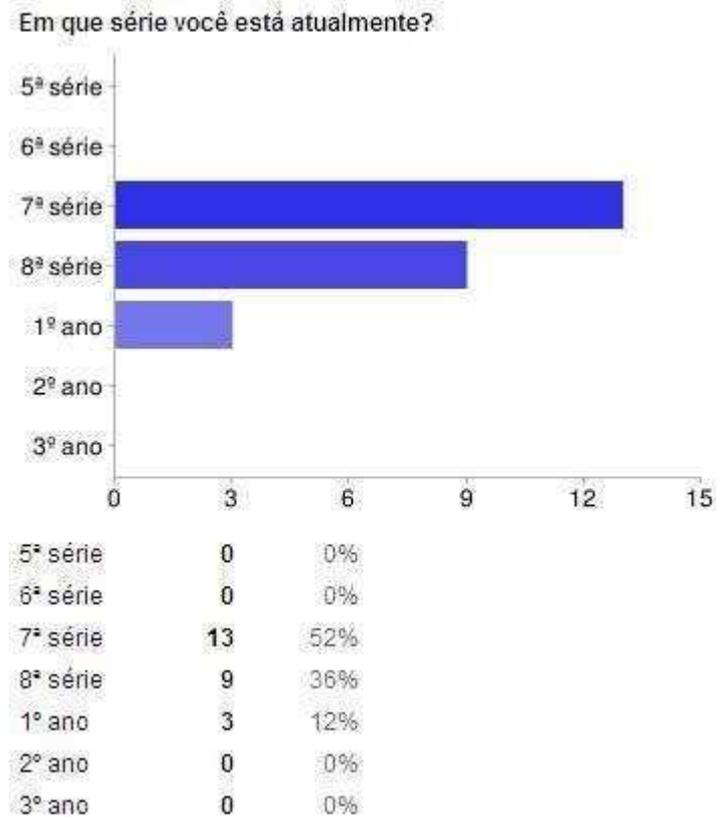
3.5.1 Perfil dos jovens participantes da ONG

De acordo com nossa pesquisa quantitativa, realizada inicialmente, por meio da primeira parte do questionário com os alunos da instituição, podemos colocar que se tratam, quanto à idade, de jovens; porém, devemos afirmar que essa informação não pode ser considerada como dado de amostragem de um todo, visto que a realização da pesquisa de aplicação de questionários foi realizada no período da tarde e que grande parte dos alunos menores vão à instituição no período matutino, pois têm aula à tarde. Portanto, os jovens pesquisados na aplicação dos questionários possuem faixa etária entre os 12 e 17 anos, como nos mostra o gráfico a seguir (GRÁFICO 1):

Gráfico 1: Faixa etária dos alunos pesquisados



Ainda para delinear o perfil dos alunos, perguntamos a eles se estudavam atualmente e em que série estavam. Como para participar da ONG é obrigatório que o aluno esteja estudando em escola pública, a série em que esses alunos se encontravam ficou descrita a partir do gráfico a seguir: (GRÁFICO 2):

Gráfico 2: Série em que estudam

Podemos notar, assim, que os alunos questionados, por serem de idade entre 14 e 17 anos, estão todos concluindo o Primeiro Grau (88%) ou no início do Segundo Grau (12%).

Continuando com os dados quantitativos, mas já fazendo parte de dados coletados por amostragem, no que se refere à situação econômica familiar do adolescente, podemos inferir que se tratam de jovens que nem sempre moram com pai e mãe juntos, sendo que alguns deles moram com outros familiares, como os avós, como podemos verificar no gráfico 3, abaixo:

Gráfico 3: Companhia de moradia

Pelo que pudemos verificar, 27% dos sujeitos da pesquisa moram somente com o pai ou com a mãe, enquanto o dobro de alunos vive com pai e mãe. Quatro adolescentes pesquisados moram com os avós. Esses, quando questionados porque moram com os avós, todos responderam que a mãe teve que deixá-los lá por problemas financeiros. Três alunos que não responderam essa pergunta, ao serem questionados sobre o motivo, disseram que não queriam falar sobre o assunto.

Sobre a função profissional do pai e da mãe, podemos conferir o que nos responderam os alunos nos gráficos a seguir (GRÁFICOS 4 e 5):

Gráfico 4: Profissão do pai

Podemos notar que apenas 12 alunos responderam a essa pergunta, pois o restante, como podemos observar e como colocado no gráfico 2, não moram com a mãe e o pai e, portanto, não tiveram a possibilidade de responder a essa pergunta. O restante, ao ser questionado sobre o porquê de não ter respondido, disseram que não sabem por que não moram com o pai (50%) ou porque têm pai desconhecido (50%). Os 17% que responderam “outros” para a pergunta, disseram que seus pais não trabalham de carteira assinada, fazendo bicos, mas no momento da resposta, não sabiam que se tratava de autônomo; portanto responderam “outros” para a questão, o que foi indicado pela fala de uma das alunas, quando disse que:

“Ah! Autônomo é isso? Então é isso que meu pai é. Mas agora já respondi, né? Posso mudar?” G.¹⁴

Quanto ao tipo de trabalho executado pela mãe, o que os alunos responderam pode ser explicitado no próximo gráfico, abaixo (GRÁFICO 5):

¹⁴ A fim de resguardar os alunos pesquisados, optamos por colocar apenas as iniciais dos nomes ou apelidos que os alunos e monitores responderam nos questionários, o que será feito em todos os momentos da pesquisa.

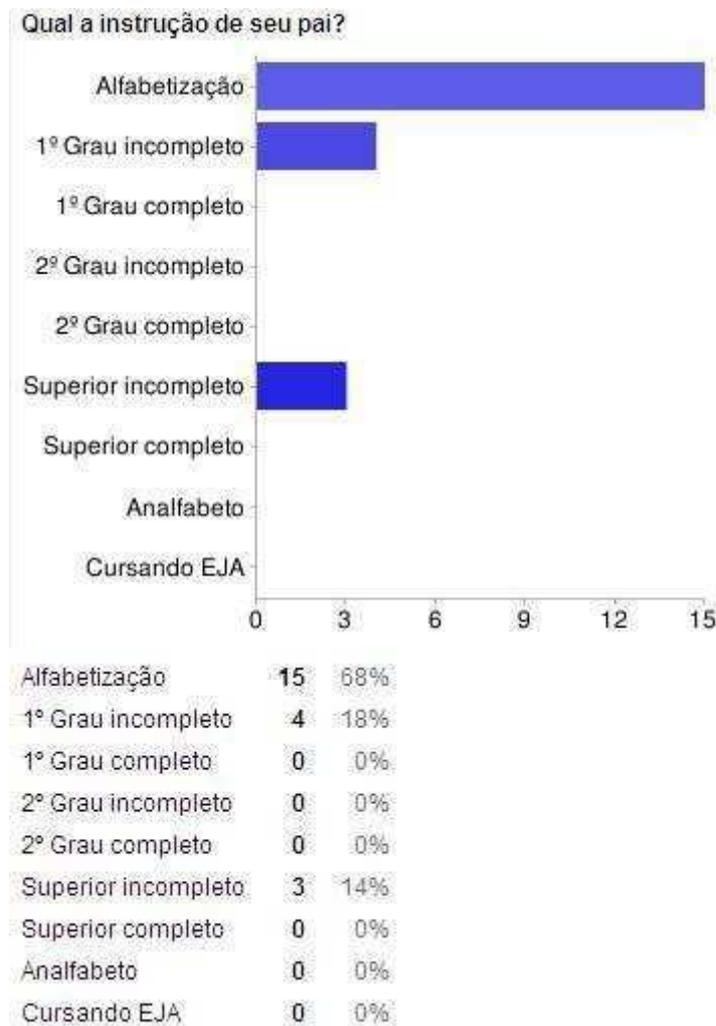
Gráfico 5: Profissão da mãe



Podemos notar que também nessa questão, 6 alunos não responderam e ao serem perguntados sobre isso, 3 informaram que não sabem o que a mãe faz e os outros três disseram que não queriam dizer porque “*sentia vergonha*”. A partir dessa situação, resolvemos não insistir a fim de evitar constrangimentos com os adolescentes. A maior parte dos jovens que responderam à questão informou que a mãe faz serviços de faxina para outras famílias (47%), quatro são donas de casa e não trabalham fora de casa (21%), três estão desempregadas (16%), a mesma quantidade de mães que trabalha no comércio, sendo que uma delas, segundo o próprio aluno, trabalha como camelô, o que, nesse caso, se constituiria como trabalhadora informal. De acordo com o adolescente:

“*Não soube o que responder e como não sabia que trabalhadora informal é isso, escrevi no questionário que ela trabalha no comércio. Ela trabalha vendendo coisas. Isso não é comércio?*” L.

Outra informação perguntada dizia respeito ao nível de instrução dos pais, o que pode ser checado nos gráficos 6 e 7, a seguir:

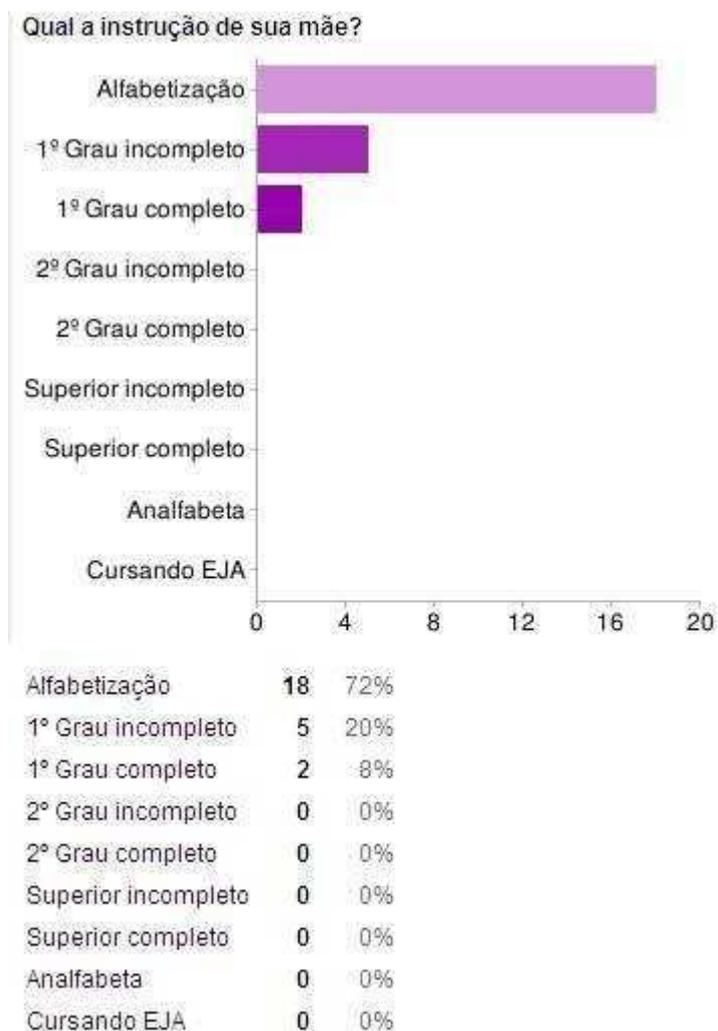
Gráfico 6: Nível de instrução do pai

Podemos verificar que 22 adolescentes responderam à questão, mesmo aqueles que não moram com o pai; porém, aqueles que tinham pai desconhecido, como podemos supor, não responderam à questão por não saber a resposta. A partir do gráfico, podemos observar que a maioria dos pais possui nível de alfabetização (68%), o que corresponde a saber ler e escrever, como informado a todos os alunos que responderam ao questionário. 18% dos pais possuem até a 8ª série incompleta e três alunos (14%) têm pais com curso superior incompleto. Ao serem perguntados sobre o motivo de o curso superior estar incompleto, dois dos alunos responderam que o pai não pôde completar seus estudos porque só conseguiu passar no vestibular em universidades particulares, mas não conseguiu bolsa para continuar seus estudos e teve que parar. O outro adolescente informou que:

“Meu pai conseguiu passar no vestibular em uma universidade pública estadual depois de velho, porque antes ele não teve condição de estudar. Ele fez EJA e agora faz faculdade. Tenho muito orgulho dele”. L.

Quanto ao grau de instrução da mãe, os jovens responderam que (GRÁFICO 7):

Gráfico 7: Grau de instrução da mãe



Primeiramente, vale a pena destacar que todos os jovens responderam a essa pergunta, sendo que a maior parte, da mesma forma com o que aconteceu com o grau de instrução do pai, respondeu que sua mãe possui alfabetização (72%), mas que não iniciou o primeiro grau. Desses 18, 5 informaram que a mãe não prosseguiu nos estudos por falta de condições financeiras. 5 deles (20%) responderam que a mãe possui primeiro grau incompleto e dois (8%), completo.

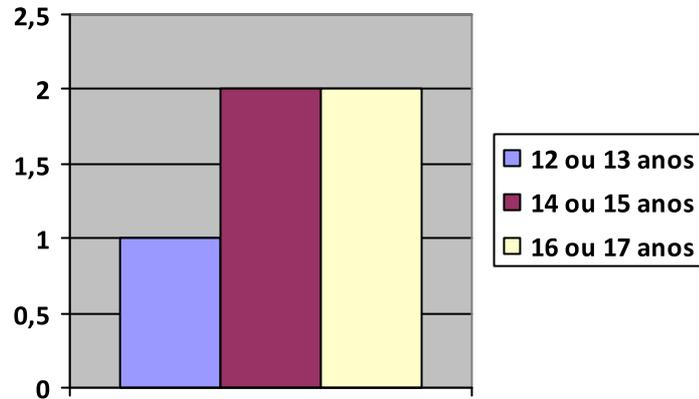
Para finalizar o questionário de perfil socioeconômico dos alunos, pedimos aos jovens que respondessem sobre a renda familiar, o que pode ser observado no gráfico 6. Pudemos verificar que a maior parte deles (86%) possui renda familiar entre um e dois salários mínimos, sendo que 59% deles possuem renda familiar entre um e dois salários mínimos e 27% têm renda de um salário mínimo. As outras três respostas (14%) foram de jovens que possuem renda familiar acima de dois salários mínimos, como nos indica o gráfico abaixo (GRÁFICO 8):

Gráfico 8: renda familiar dos jovens pesquisados

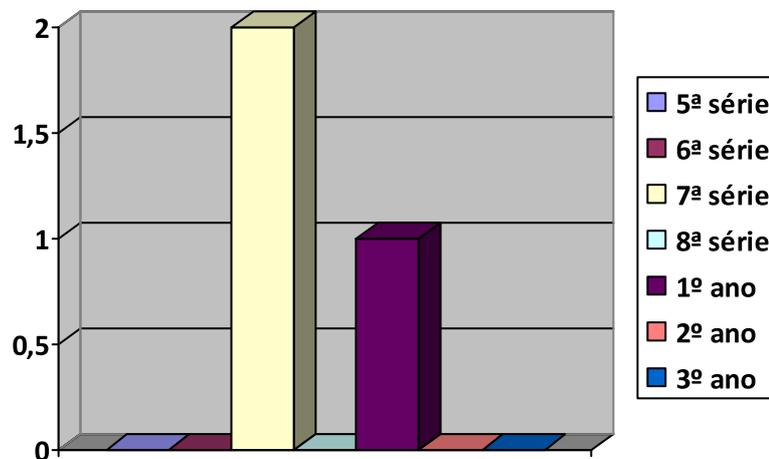


3.5.2 Perfil dos jovens não participantes da ONG

Ainda de acordo com nossa pesquisa quantitativa, realizada através da primeira parte do questionário com jovens que não participaram ou não mais participam da instituição, podemos colocar que os 5 jovens que puderam responder o questionário de forma completa, como já dissemos anteriormente, possuem faixa etária entre os 12 e 17 anos, como nos mostra o gráfico a seguir (GRÁFICO 9):

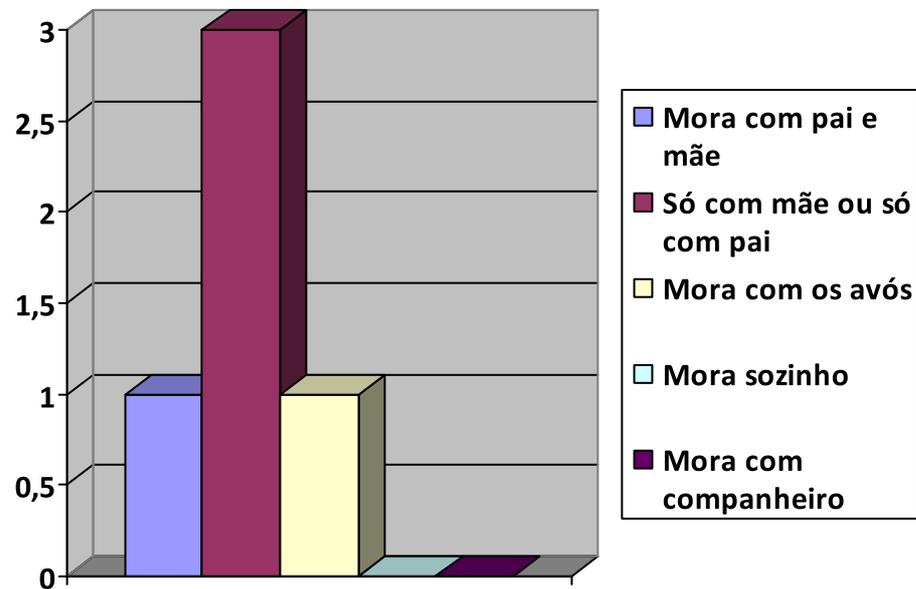
Gráfico 9: Faixa etária dos jovens não participantes da ONG

Ainda para delinear o perfil desses jovens, perguntamos a eles se estudavam atualmente e em que série estavam, o que pode ser verificado no gráfico 10, abaixo:

Gráfico 10: Série em que os jovens estudam

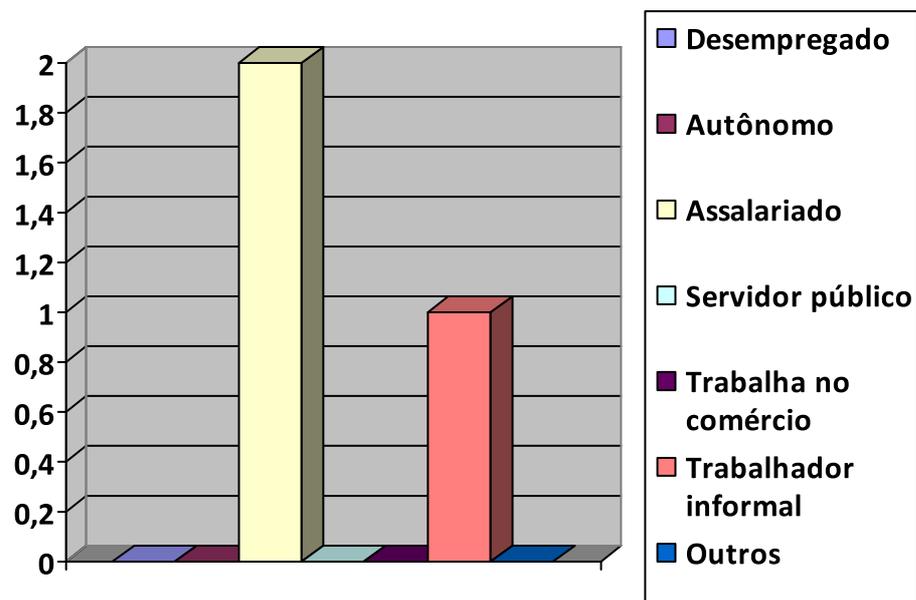
Podemos notar, assim, que dos jovens questionados, 2 não estudam, 2 estão na sétima série e o outro afirmou que está no primeiro ano do 2º grau.

Já no que se diz respeito à situação econômica familiar do adolescente, podemos inferir que se tratam, assim como os alunos da instituição entrevistados, de jovens que nem sempre moram com pai e mãe juntos, como nos mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11: Companhia de moradia

Pelo que pudemos observar, 3 dos sujeitos da pesquisa moram somente com o pai ou com a mãe, enquanto apenas um deles vive com pai e mãe. Um dos jovens entrevistados vive com os avós.

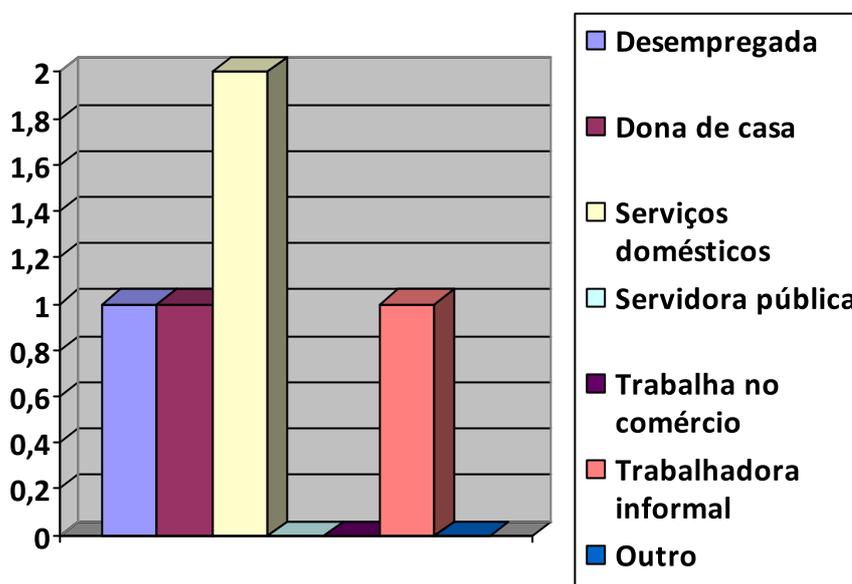
Sobre a função profissional do pai e da mãe, podemos conferir o que nos responderam os jovens entrevistados nos próximos gráficos (GRÁFICOS 12 e 13):

Gráfico 12: Profissão do pai

Podemos perceber que somente três alunos responderam esse questionamento, já que um deles não mora com o pai e outro mora com a avó materna, e nenhum dos dois souberam responder a pergunta. Ao serem perguntados sobre a profissão dos pais, um deles informou que o pai faz serviços de pedreiro (trabalhador informal) e os outros dois, um trabalha em uma empresa de advocacia e outro trabalha de faxineiro em um shopping da capital (assalariados).

Quanto ao trabalho executado pela mãe, o que os alunos responderam pode ser explicitado no gráfico a seguir (GRÁFICO 13):

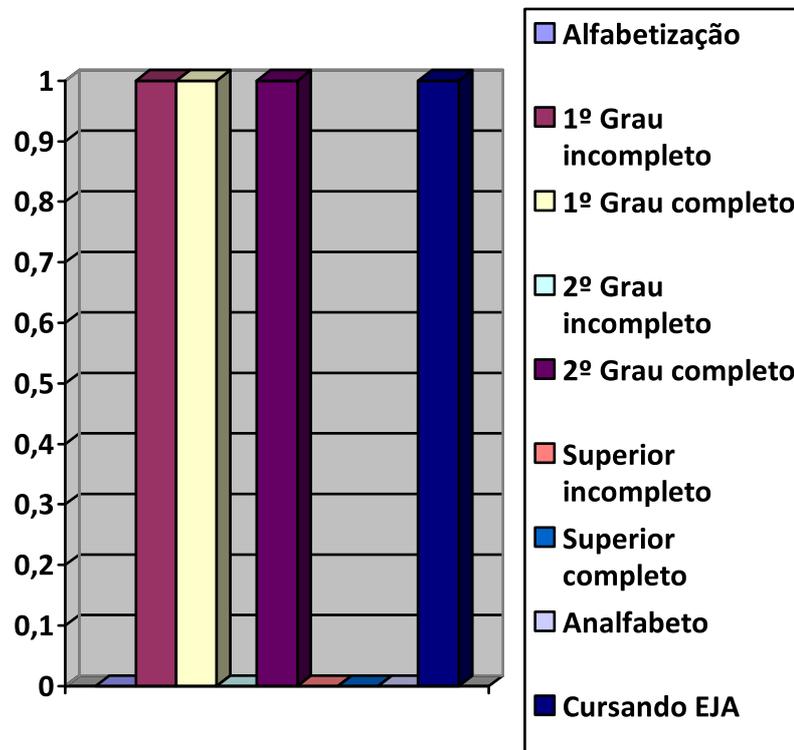
Gráfico 13: Profissão da mãe



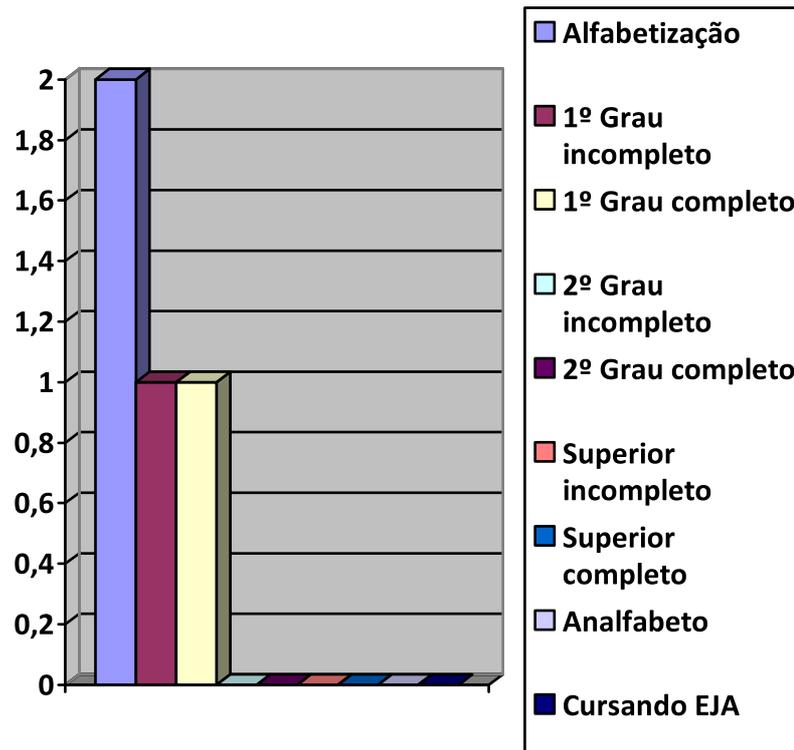
Podemos averiguar que nessa questão dois jovens disseram que suas mães fazem faxina “para fora”, enquanto os itens desempregada, dona de casa e trabalhadora informal receberam um voto cada. Um desses jovens afirmou que sua mãe é camelô, trabalhando, portanto, com o mercado informal. Depois de algum tempo de conversa, descobrimos que esse jovem é irmão mais novo de um dos entrevistados como participantes da Associação Querubins. Ele disse que não participa da Associação porque a mãe depende dele para vender as coisas e que iria participar da Associação quando ficasse mais velho, como seu irmão, “*mas que por enquanto, não dá*”.

Outra informação perguntada dizia respeito ao nível de instrução dos pais, o que pode ser checado nos gráficos 14 e 15, abaixo:

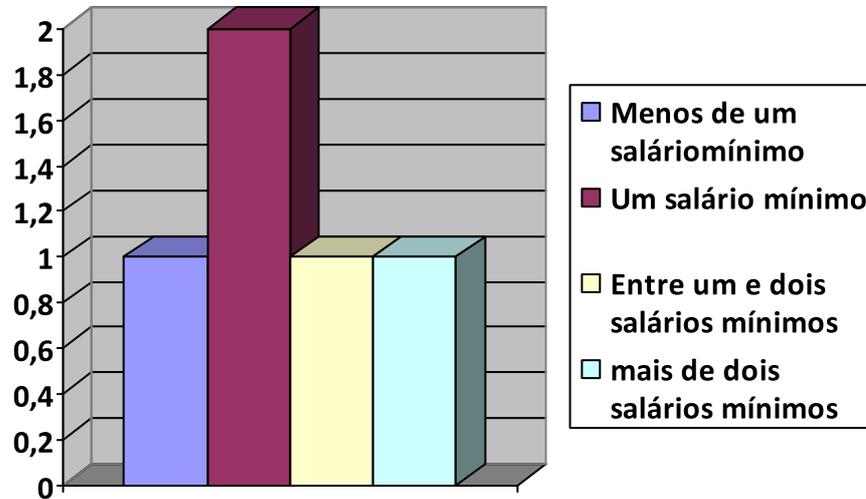
Gráfico 14: Nível de instrução do pai



Pudemos verificar que dos 5, apenas 4 responderam a questão. Esse jovem afirmou que não tem idéia do grau de instrução do pai, pois não o conhece. As opções marcadas pelos jovens entrevistados foram 1º Grau incompleto, 1º Grau completo, 2º Grau completo e cursando EJA, com uma marcação cada um. O restante das alternativas não foram contempladas. Ao ser questionado sobre em que tempo escolar o pai está no EJA, o aluno respondeu que o pai está terminando o semestre relativo ao 2º Grau. O jovem informou que: *“estou muito feliz que meu pai está acabando os estudos. Ele trabalha o dia inteiro e nunca tem tempo pra nada. Queria que ele jogasse futebol comigo igual antes.”*

Gráfico 15: Grau de instrução da mãe

Um dos jovens não respondeu à pergunta, afirmando não saber essa informação, pois não mora com a mãe. Dois dos jovens nos informaram que a mãe sabe apenas ler e escrever, uma delas possui 1º Grau incompleto e a outra, 1º Grau completo. O restante das opções não tiveram marcações. Assim como com os alunos participantes da instituição, a falta de condições financeiras foi colocada por três jovens como a responsável por a mãe não ter continuado os estudos. Outro jovem afirmou que a mãe teve muitos filhos, casando-se muito nova e também não teve condições de concluir seus estudos. Por falar em condições, a questão financeira foi a apontada na última pergunta para traçar o perfil socioeconômico dos jovens entrevistados, na qual nos aponta para o gráfico a seguir (GRÁFICO 16):

Gráfico 16: renda familiar dos jovens pesquisados

Podemos afirmar, a partir do demonstrado no gráfico acima que dois jovens responderam que a família recebe um salário mínimo, ao todo, enquanto as outras opções receberam um voto cada. Ao ser questionado como eles sobrevivem com menos de um salário mínimo toda uma família, o jovem respondeu que “simplesmente não consegue”. Ele ainda nos informou que chegam a passar fome, diante de tão pouco dinheiro e que sobrevivem graças a ajuda de vizinhos e amigos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Questionários dos alunos da instituição – dados qualitativos

Após delinear o perfil, inclusive socioeconômico dos alunos, iniciamos a pesquisa propriamente dita, a fim de fazer as verificações acerca dos temas cidadania, participação política, democracia e participação. Portanto, primeiramente, ao serem questionados sobre os motivos que os levaram a participar da Associação, podemos notar no gráfico abaixo (GRÁFICO 17) que, apesar de poderem responder várias opções e não somente uma como as perguntas anteriores, grande parte dos alunos respondeu, entre outras, a vontade de aprender coisas novas (60%), seguido de indicação de pais e parentes (52%) e ocupar o tempo livre (40%). As outras opções menos respondidas ficaram com fazer mais amigos (24%), ser ajudado nas tarefas escolares (16%). Sair das ruas¹⁵ e indicação de amigos, tiveram, cada uma delas, 12% de escolha, o que significa 3 votos cada.

¹⁵ Quando colocamos a opção “sair das ruas”, entendemos o termo não como um local de interação, brincadeira e lazer, mas como a situação de risco e possível marginalidade na qual os jovens podem estar inseridos.

Gráfico 17: Causas da participação na ONG

O que levou você a participar da Associação? Como você entrou na ONG?



Indicação de amigos	3	12%
Indicação dos pais e/ou parentes	13	52%
Vontade de ocupar o tempo livre	10	40%
Aprender coisas novas	15	60%
Sair das ruas	3	12%
Ser ajudado nos deveres escolares	4	16%
Fazer mais amigos	6	24%

As pessoas podem marcar mais de uma caixa de seleção, então a soma das percentagens pode ultrapassar 100%.

Vale a pena destacar que apesar de ter sido marcada poucas vezes, a opção “sair das ruas” merece atenção especial, visto que um dos principais objetivos da instituição diz respeito “à promoção da transformação social e ao desenvolvimento humano de crianças e jovens”, o que é confirmado quando um dos adolescentes afirma, quando perguntado sobre isso, que:

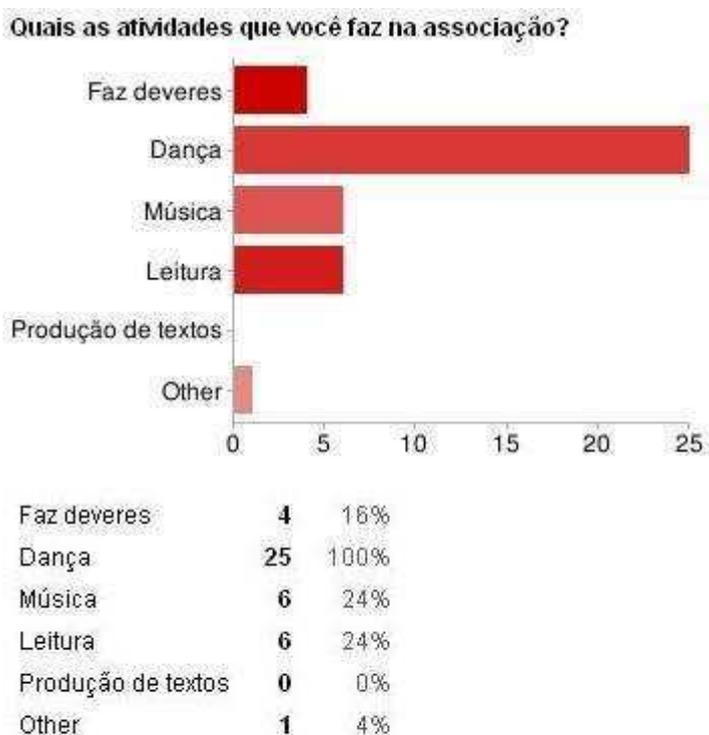
“Nossa! Vir pra Associação foi bom demais! Eu antes ficava na rua, sem nada pra fazer de bom. Chegava a noite em casa quando minha avó chega da rua e ficava tão cansado que não fazia nem o dever de escola pro dia seguinte. Um dia um cara chegou pra mim e perguntou se eu queria trabalhar com ele, aí, quando vi que não era coisa legal, eu acabei não querendo ficar mais na rua. Eu sou grande, mas fiquei com medo de acontecer alguma coisa comigo. Foi quando eu fiquei sabendo do Querubins. Hoje minhas notas melhoraram muito e todo dia vou para a aula com todos os deveres prontos. Isso sem contar com os amigos que fiz aqui. Amizade de rua é bom, mas aqui é muito melhor!” T.

Outra aluna nos disse também que:

“Minha mãe chega tarde do trabalho e não dá para ajudar a fazer dever. Ela também não consegue me ajudar muito por causa dos estudos. Aqui a professora me ensina e eu entendo. Acho até mais fácil aprender aqui do que na escola. Aqui também aprendo muita coisa nova e eu sei que isso vai me ajudar muito, né? A.L.

Assim, sobre as atividades que esses jovens realizam na ONG, foram citados por eles como principais atividades (GRÁFICO 18):

Gráfico 18: Atividades realizadas na ONG



As pessoas podem marcar mais de uma caixa de seleção, então a soma das percentagens pode ultrapassar 100%.

Como podemos verificar, todos os alunos que responderam ao nosso questionário marcaram a opção dança como uma das atividades que realizam na ONG, seguida depois por música e leitura (24%), com 6 votos cada; deveres escolares, com 4 marcações. Ao marcar o item “outros”, a aluna foi perguntada qual a atividade que ela faz na Associação, além da dança, a que respondeu:

“Eu faço circo também! E é o que eu mais gosto de fazer. Tem um trabalho muito legal com dança circense com panos que eu amo! Até apresentamos isso no evento de aniversário do Querubins ano passado e foi um sucesso. Mas dança é o que todo mundo aqui adora fazer. Tem muitos alunos que viajam para apresentar longe daqui, até no Nordeste a gente vai para dançar. É legal mesmo!” T.M.

Outro ponto que merece destaque é o fato de a oficina de produção de texto não ter recebido nenhum voto, mesmo com a de leitura tendo recebido 6 votos. Ao serem perguntados sobre isso, uma aluna respondeu:

“A gente tem que ler para fazer dever ou para ler algum livro que a escola pede. Eu até gostava das oficinas de produção de texto, mas estão faltando alguns professores aqui e um deles é que manda a gente escrever. Então, a gente só escreve no para-casa, entendeu? Eu também não gosto de escrever, não. Acho que pouca gente gosta. Prefiro dançar e tocar percussão”. K.J.

Quando questionamos sobre em que eles acreditam que essas atividades e a própria ONG podem contribuir para sua participação política no país, eles informaram que (GRÁFICO 19):

Gráfico 19: Contribuição para a participação política dos alunos

Em que você acha que essas atividades contribuem para a sua participação política no país?



Não acho que nenhuma das atividades que faço tenham contribuído para isso	6	24%
Hoje tenho mais consciência sobre em quem votar	1	4%
Sei dos meus direitos e deveres	6	24%
Na Associação temos direito de voz e somos ouvidos, como deve ser em uma democracia	9	36%
Sinto que faço parte de uma comunidade que deve exigir seus direitos e deve participar efetivamente na política do meu país	16	64%
Other	0	0%

As pessoas podem marcar mais de uma caixa de seleção, então a soma das porcentagens pode ultrapassar 100%.

Como podemos observar, 24% dos questionados disseram não achar que essas atividades que eles fazem na ONG contribuem para sua participação política no país, enquanto a maioria (64%) diz que por meio das atividades realizadas na Associação Querubins se sentem como parte integrante de uma comunidade que deve exigir seus direitos e deve participar da política do país. Outros 24% disseram que na ONG eles sabem dos seus direitos e deveres e 36% informaram que na Associação eles têm direito a voz e são ouvidos, como deve ser em uma democracia. Ao ser perguntada sobre isso, uma jovem disse que:

“Aqui no Querubins eu aprendi que a gente tem hora de falar e também tem hora de ouvir. Todo mundo tem vez pra tudo aqui: pra falar e pra ouvir. E isso não é só com nós que somos mais velhos não. Com as crianças também é do mesmo jeito. Eu tô aqui há muito tempo e sempre aprendi isso. Aqui todo mundo é respeitado e tem respeito pelo outro, sendo coordenador, professor ou mesmo colega. Todo mundo é igual. Ei! Isso não é democracia?”
T.

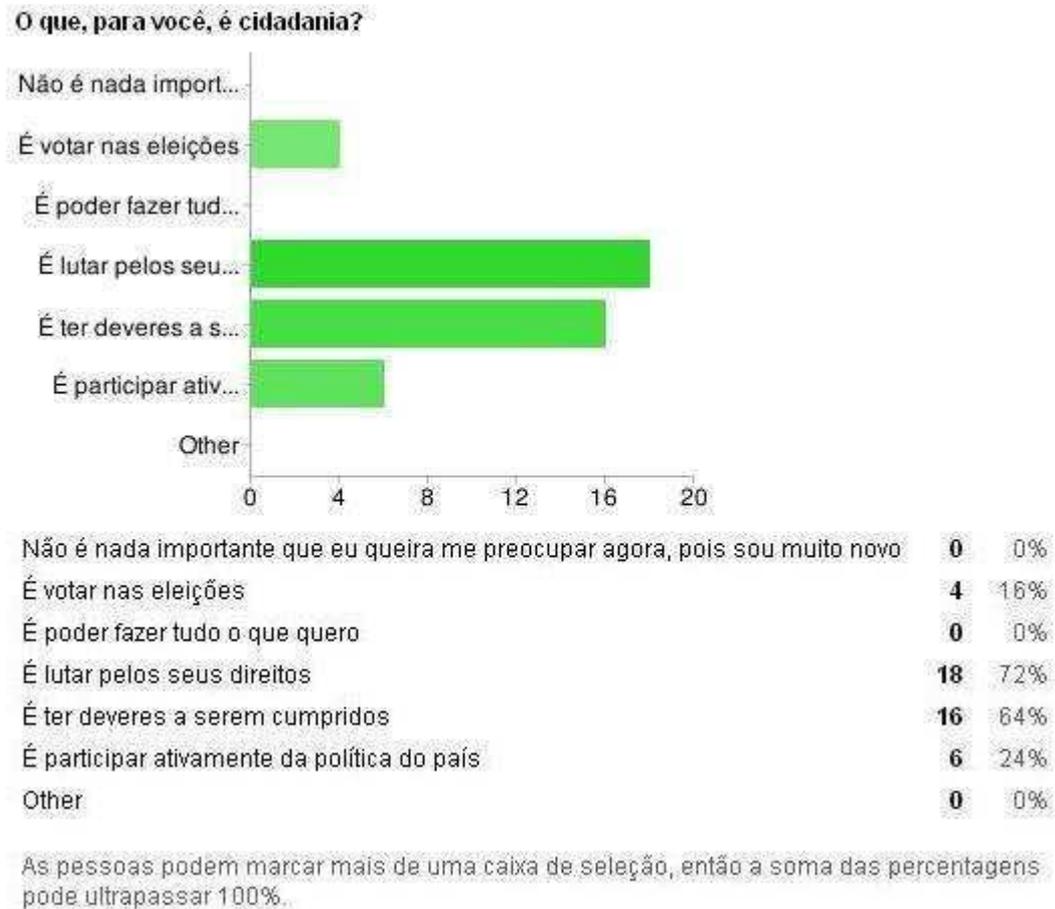
Essas palavras de T. são complementadas pelo que diz a coordenação na pergunta **“como vocês trabalham as práticas cidadãs na Associação?”**. Segundo Ronilson Luiz Mário, o Nego, coordenador da entidade, *“a Associação tem como um dos objetivos principais promover o diálogo”*.

Para o coordenador, em entrevista com o pesquisador, *“a Associação Querubins tenta resolver todos os problemas e todos os conflitos com a conversa e com o diálogo. Já tivemos problemas sérios aqui e fomos resolvendo conversando um pouco aqui, um pouco ali, tentando ouvir todos os lados. Em último caso a gente chama os pais ou responsáveis para ajudar a resolver a questão. Teve uma vez que a gente estava com um problema sério com um jovem daqui. A gente conversou uma, duas, três vezes. Como não resolveu, chamamos toda a turma dele para conversar, antes de chamar os pais, e a turma toda é que resolveu junta o problema e deu uma solução para o caso. Foi muito legal por que eu vi que a turma ficou bem mais amadurecida com tudo o que aconteceu. É democracia mesmo o que acontece aqui. Todo mundo tem seu momento de falar, mas também de ouvir e opinar. E é o mesmo direito para todos, desde os menores até os maiores”*. (RONILSON¹⁶).

Já sobre o tema cidadania, ao perguntarmos para os alunos o que era cidadania para eles, assim ficaram distribuídas as respostas entre eles (GRÁFICO 20):

¹⁶ Em entrevista para o pesquisador no dia 12 de novembro de 2009.

Gráfico 20: O que é cidadania para você?



Como podemos verificar acima, 18 alunos (72%) responderam que cidadania é lutar pelos seus direitos, enquanto 16 jovens (64%) responderam que é ter deveres a serem cumpridos. Além desses votos, 6 adolescentes disseram que cidadania é participar ativamente da política em nosso país e 4 (16%), que é votar nas eleições. Nenhum dos pesquisados disse que cidadania é fazer tudo o que quer.

Um dos alunos nos disse que:

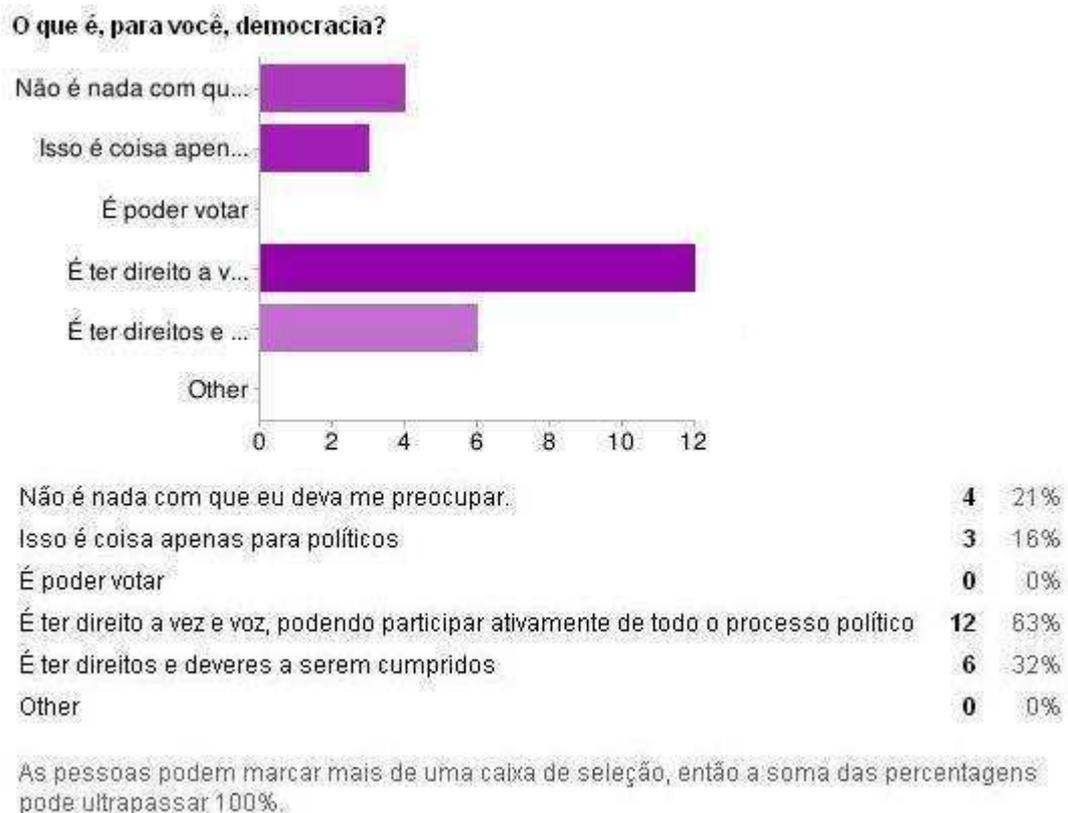
“Não é verdade que cidadania é ter direitos e deveres? Por isso eu marquei os dois, né? Eu aprendi aqui que eu tenho que lutar pelos meus direitos e pelo meu espaço... e não é só aqui na comunidade não, é em qualquer lugar, mas pra isso tenho que respeitar os outros e tenho que cumprir com minhas obrigações, meus deveres. Antes de vir para o Querubins eu não tinha nem idéia disso e vivia gritando com todo mundo, me achando o dono da razão. Hoje posso dizer que sou até mais calmo”. P.A.

Outro fato que pode servir como exemplo da preocupação dos envolvidos diretamente na Associação em fazer o que é certo e não o que querem é o que nos conta um dos monitores que responderam o questionário. Segundo D.:

“Uma vez, pedi ao educando que falasse baixo, mais não adiantou. Então, eu o peguei pelo braço e falei mais sério com ele. Então, isso fez com que o educando ficasse chateado comigo. Só depois que parei e pensei, vi que não precisava disso, então eu pedi desculpas e ele aceitou e tudo voltou ao seu devido lugar. Aprendi muito com isso e hoje sei que nem sempre o que eu acho que é certo é certo mesmo. O pessoal do Querubins também me ajudou bastante para o meu crescimento”. D.

Outro tópico do questionário perguntava aos alunos sobre o que é democracia para eles, o que pode ter seu resultado verificado no gráfico abaixo (GRÁFICO 21):

Gráfico 21: O que é democracia?



Verificamos, pela observação do gráfico, que 63% dos alunos marcaram que democracia é ter direito a vez e voz, podendo participar ativamente de todo o processo político, o que acaba exemplificando o que alguns autores estudados quando afirmam que

cidadania e democracia acabam se confundindo e se complementando, apesar de não podermos dizer que ambos possuem o mesmo significado. Tanto, que 32% dos jovens marcaram que democracia é ter direitos e deveres a serem cumpridos. Um fato que nos chamou a atenção, como podemos destacar, é que 21% dos alunos responderam que democracia não é nada com que devam se preocupar e 16% afirmaram que isso é coisa apenas para políticos. Ao serem perguntados sobre o porquê dessa resposta, um aluno respondeu que:

“Quando fala em democracia eu logo lembro de propaganda política. E eu ainda sou novo e não tenho que me preocupar com eleições por enquanto. Sempre ouço falar que nós vivemos num país democrático. Meu pai me fala sempre que democracia é viver em um lugar que todos tem a mesma oportunidade, mas eu sempre falo com ele que se todo mundo no Brasil tivesse a mesma oportunidade, ninguém morreria de fome, nem de sede, nem de frio, nem de calor no Brasil. Por isso marquei que isso é coisa para político, porque eles sim são todos iguais e tem o mesmo direito. Dever eu não acredito que eles têm nenhum, mas direito...? L.A.

Na pergunta: **você acredita, então, que a ONG auxilia você a desenvolver sua capacidade cidadã? Por quê?**, os jovens foram bem enfáticos e quase todos eles afirmaram que sim, que a ONG é de grande ajuda nesse aspecto. Outro fato que merece atenção é a ligação do termo capacidade cidadã com o futuro; associados por 12 dos 25 alunos pesquisados. Um desses alunos afirmou que:

“Sim. Porque o que a gente aprende aqui serve para o nosso futuro. Temos que saber lidar com o mundo lá fora e por isso nos preparamos para os obstáculos que vamos ter aqui dentro. Além disso, a ONG me ajuda a saber dos meus direitos e dos meus deveres, o que você deve e não deve fazer. E isso é uma coisa muito importante para nós seres humanos”.
P.C.

Apenas um aluno respondeu à questão negativamente, afirmando que:

“A ONG não ajuda em nada na capacidade cidadã. Em nenhuma atividade daqui a gente aprende sobre isso. Não vejo nem importância nisso aqui dentro. Venho aqui para dançar e tocar e o que tem de capacidade cidadã nisso?”L.

Ao pedirmos para os alunos citarem duas coisas que eles aprenderam dentro da ONG relacionadas à cidadania, o mesmo aluno que disse que a ONG não auxilia no desenvolvimento da capacidade cidadã respondeu que:

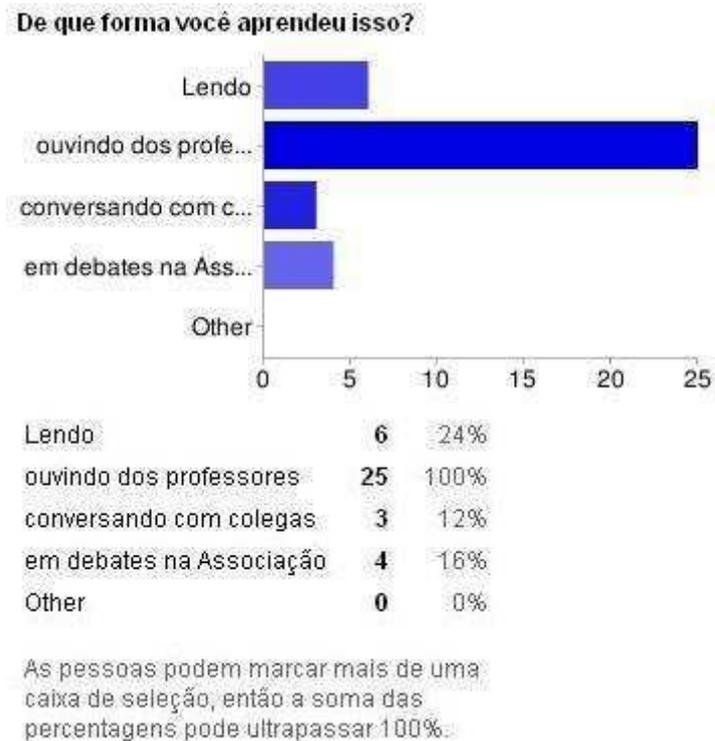
“Aprendi a ter um pouco mais de educação e a ter mais disciplina. Fiquei uma pessoa melhor” (L.), o que mostra que mesmo não relacionando capacidade cidadã às aprendizagens na ONG, o aluno indica que ele tem idéia do que seja cidadania e de sua importância na sua vida, além de indicar melhorias de comportamento a partir da sua entrada na ONG. Outra jovem afirmou que:

“Aprendi a ter mais respeito, ser mais sincera, a valorizar as coisas que tenho, responder na hora certa, saber de meus direitos e me ajudando a ter mais consciência do que posso e devo fazer...” T.M.

Um fato que deve ser chamado atenção está relacionado com as respostas a essa pergunta, onde todos os alunos tiveram suas respostas direcionadas, direta ou indiretamente, para a educação e o bom comportamento, o que pode ser confirmado nas palavras de um dos monitores pesquisados quando afirma que:

“Alguns meninos, antes de virem para o Querubins, são crianças e adolescente mal educados, meio sem noção, sabe? Quando eles estão nas ruas, não sabem nada sobre o que é ser cidadão. Quando eles entram no Querubins a visão muda completamente e eles viram outra pessoa, mais educada, mais participativa, até mais alegre e mais informada”. R.

Ao serem questionados sobre de que forma eles aprenderam sobre cidadania na Associação Querubins, os alunos responderam conforme descrito no gráfico 22, abaixo:

Gráfico 22: De que forma você aprendeu sobre cidadania na ONG?

Podemos notar que todos os alunos questionados responderam que aprenderam, entre outros, com os professores da Associação. 6 deles afirmaram que aprenderam lendo; 4, em debates na Associação e 3, conversando com colegas. Ao perguntarmos aos alunos como acontecem essas conversas com os professores, todos disseram que isso acontece por meio de conversas informais, como podemos comprovar nas falas a seguir:

“Quando o professor vê que nós não estamos andando correto, ele chega até a gente e dá um toque sobre o que tá certo e o que tá errado. Quando tá perto de eleição, a gente discute às vezes o que saiu na televisão, a gente conversa sobre direito e dever que cada um tem... essas coisas”. D.

Outra aluna afirma que:

“A gente até conversa entre nós, mas quem dá a certa é o professor. Eu aprendi muita coisa aqui foi com eles. Eles valorizam muito com que eles aprenderam e querem que a gente valorize eles também. Então eles acabam sendo um amigão pra gente aqui.” C.C.

Esse depoimento nos chamou a atenção, pois veio ao encontro do que nos disse D., um dos monitores pesquisados, quando afirmou, ao ser perguntado: **grande parte dos monitores**

que aqui atuam já foram atendidos pela Associação e hoje são educadores. Esse é o seu caso? Se sim, qual razão que o incentivou para essa evolução? Segundo ele:

“Eu vim de outra instituição e quando cheguei ao Querubins, eu fiquei ainda um mês como aluno e depois passei para monitor. Quero ser um ótimo educador, como tantos que passaram na minha vida: Waldir Marques, Quika, Ricardo, Denilson e minha preferida, Marilda Cordeiro. Eles são um incentivo muito grande para nós, monitores”. D.

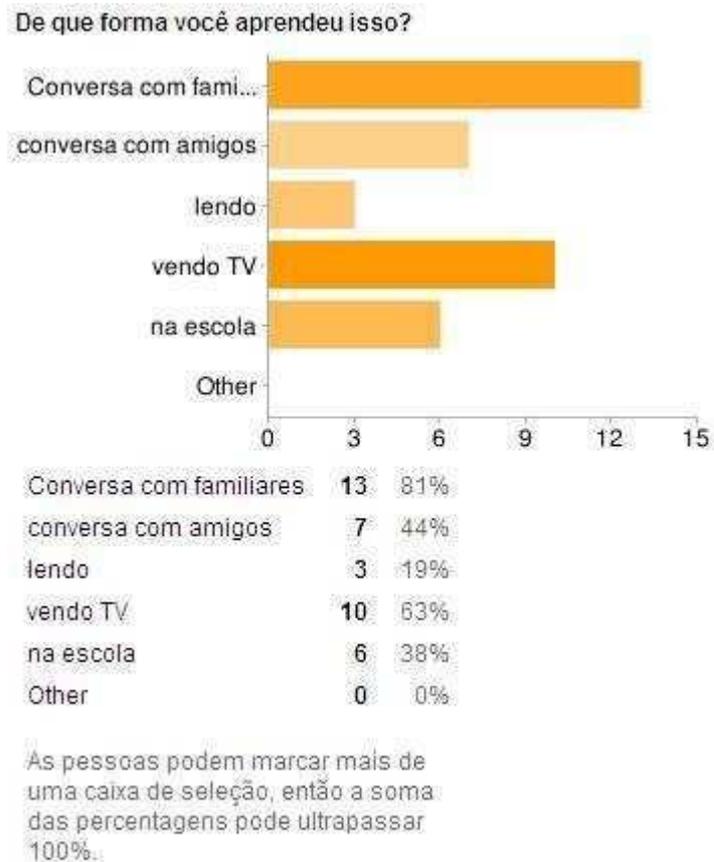
Quando os alunos que responderam o item “lendo” foram questionados sobre o que eles lêem, todos os adolescentes apontaram para o mural que fica na entrada para a parte administrativa da entidade, onde estavam, no dia da aplicação do questionário, colocados cartazes sobre a dengue, urna eletrônica, entre outros; boletins informativos de órgãos públicos municipais e estaduais e anúncios diversos de palestras, passeios de turmas da Associação, entre outros.

Já quanto ao que aprenderam sobre cidadania no grupo familiar ou círculo de amigos, os jovens citam, entre outras, a ter direito de se expressarem, de aprenderem a ouvir e a conviver dentro de uma relação familiar. Dois dos jovens responderam que em casa e com os amigos eles não aprenderam nada sobre cidadania. Para um deles:

“Nesses lugares eu só aprendo coisa errada. Na rua é assim mesmo: a gente só aprende M... Nada que presta. Em casa minha mãe só chega de manhã do trabalho, quando eu já to saindo pra aula. Então lá na escola eu não aprendo nada, mas pelo menos não é ruim igual na rua. Lá a gente só aprende que deve fazer de tudo... e de tudo mesmo o que dá na telha, sem se preocupar com nada, a ter direito de fazer só o que quer. Eu não aprendo nada de bom na rua. Por isso prefiro ficar aqui. Já me dei muito mal lá fora”. L

Ao serem perguntados de que forma eles aprenderam sobre cidadania em sua família ou com amigos, o gráfico ficou assim distribuído (GRÁFICO 23):

Gráfico 23: De que forma você aprendeu sobre cidadania com seus familiares e/ou círculo de amigos



Lembrando que dois alunos não responderam a essa questão, podemos analisar que a maioria dos jovens respondeu que aprendeu com conversas com familiares (81%) e vendo TV (63%), o que pode ser um indicador que, apesar das críticas de diversos autores de que a TV está perdendo seu caráter educativo com o passar dos tempos, ela ainda deve ser considerada como fonte de informação importante e, principalmente, como formadora de opinião e de agendamento midiático, mesmo sendo colocada por alguns pesquisadores como um veículo parcial e influenciador de acordo com suas intenções (MC COMBS e SHAW, 1972). De acordo, ainda, com esses autores:

Enquanto as evidências de que os meios de comunicação mudam profundamente as atitudes em uma campanha está longe de ser conclusiva, a evidência mais forte é de que os eleitores aprendem com a imensa quantidade de informações disponíveis durante cada campanha. (MC COMBS e SHAW, 1972, p. 176).

Outras opções marcadas pelos jovens foram na escola (38%) e lendo (19%). Ao perguntarmos a esses alunos de que forma eles aprendem sobre cidadania na escola, muitos afirmaram que é por meio de conversas com os professores e em debates dentro da sala de aula, o que indica a necessidade e a importância da participação da escola como espaço de discussão sobre o assunto.

4.2 Estudo comparativo

Para verificarmos até que ponto a ONG pesquisada incentiva e abrange questões como cidadania, democracia, participação política efetiva para seus educandos, resolvemos entrevistar jovens com idade média de 15 anos e com perfil socioeconômico aproximado ao dos jovens pesquisados dentro da instituição, a fim de averiguar quais as diferentes concepções que esses adolescentes têm a respeito dos termos e assuntos elencados, entre outras informações que julgamos relevantes para atingirmos os objetivos propostos nesse trabalho. Para tanto, optamos por realizar um estudo comparativo entre os jovens que participam da ONG e aqueles que não são atendidos pela Associação Querubins, mas que participam da mesma comunidade, quer seja, são moradores da Vila Acaba Mundo, em Belo Horizonte.

O primeiro fato que nos chamou a atenção deu-se de a grande maioria dos jovens entrevistados só aceitar responder as perguntas se eles não fossem filmados nem gravados e, ainda, não precisassem dar nem nomes e nem apelidos, o que dificultou, em parte, a obtenção de alguns dados relevantes, já que o único método de captura de informações deu-se por meio de observação e anotação das respostas.

Devemos lembrar que 25 jovens não participantes da ONG foram procurados para responder o questionário (ANEXO 6), porém, como procurávamos por perfis socioeconômicos semelhantes aos dos alunos pesquisados na ONG, conseguimos selecionar apenas cinco deles para que fossem analisados e comparados aqui. Assim, as perguntas de 1 a 10 serviram para traçar o perfil do sujeito, já explicitado no item anterior, e não serão divulgadas as respostas aqui.

Já na pergunta: **quais as atividades que você faz no seu dia a dia, além da escola?**, 3 adolescentes responderam não fazer nada e brincar; um deles respondeu que ajuda a mãe no trabalho e outro afirmou ficar jogando bola com amigos. As alternativas “faz deveres” e

“ajuda na comunidade” não foram mencionadas por nenhum dos entrevistados; Além disso, um deles disse que:

“Eu não gosto de fazer dever de casa. Acho muito chato; além disso, eu não preciso ajudar a comunidade porque já tem muita gente que faz isso. Não vou perder meu tempo com isso”. E1¹⁷

Outro ainda afirmou que:

“Eu saio do colégio e vou ajudar minha mãe na barraquinha que ela tem. Não tenho tempo para ir para a ONG e minha mãe diz que eu não posso ficar perdendo tempo e nem ela dinheiro para eu ficar lá de papo pro ar. Ela fala que dançar e ficar tocando tambor não dá dinheiro pra ninguém. E eu quero ganhar muito dinheiro.” E2.

Ao serem questionados sobre o que eles acham que as atividades mencionadas na pergunta acima contribuem para a sua participação política no país, 4 deles disseram que não contribui em nada, enquanto um deles afirmou que ele sente que faz parte de uma comunidade e que deve exigir seus direitos e que deve participar efetivamente da política do país. Segundo ele:

“Eu até já fiz meu título de eleitor e vou votar pela primeira vez esse ano. Minha mãe também conversa muito comigo sobre meus direitos e meus deveres. Meu pai sempre me fala que preciso saber dos meus direitos porque senão, na hora que eu precisar e não souber, vou acabar prejudicado. E eu já sou um homem, né? Não posso dar mole!” E2.

Ao serem perguntados sobre o que é, para eles, cidadania, três jovens se esquivaram da pergunta e disseram que não é nada que eles devem se preocupar agora e os outros dois disseram que cidadania, na opinião deles, é votar nas eleições. Um fato que devemos observar é que nenhum dos entrevistados citou os termos direitos e deveres, como aconteceu com os jovens da Associação Querubins. Para esclarecermos mais sobre o porquê de isso ter acontecido, resolvemos perguntar a esses jovens porque eles não acreditam que cidadania esteja relacionada com direitos e deveres ou participação política. Um dos jovens concordou, batendo a mão na testa e dizendo: *“como sou burro! Se meu pai descobre que dei essa mancada, ele me mata!”*E2. Outro adolescente foi categórico ao dizer que:

“Eu nunca vou dizer sobre direitos e deveres porque pobre só tem dever e nunca direito. Lutar por direito? Piorou! Aí é que todo pobre ia acabar preso mesmo! Isso não tem

¹⁷ Os nomes dos adolescentes foram preservados e os entrevistados serão denominados por números para identificá-los, além de que nenhum dos cinco quis se identificar para o pesquisador, mesmo que por apelido.

nada a ver com cidadania. Tem a ver com ser brasileiro e pobre. Isso sim. E participar ativamente da política do país é só para político mesmo. Pobre só participa da política quando é o-bri-ga-do a votar, mais nada” E3.

Já quando questionados sobre democracia, todos os jovens entrevistados responderam que não é nada com que devessem se preocupar e que isso é coisa apenas para políticos. Novamente, nenhum dos entrevistados citou termos como direitos e deveres; porém, diferentemente do que aconteceu na pergunta anterior, nenhum deles quis comentar sobre a sua resposta quando perguntados sobre a possível ligação desses termos com democracia. Essa reação pode sugerir que, para esses adolescentes, haja uma distinção ampla entre os termos cidadania e democracia, o que não aconteceu com os alunos da Associação Querubins, onde os dois termos pareciam ter significados parecidos, como já discutido anteriormente, no capítulo 1.

Três dos jovens pesquisados nunca participaram da Associação Querubins, enquanto dois já fizeram parte do quadro de assistidos da instituição. Para estes, questionamos o motivo de não participarem atualmente da ONG. Um deles nos afirmou que não tem tempo para participar e o outro nos disse que:

“Prefiro ficar na rua, conversando com meus amigos e jogando bola. Aqui fora é muito melhor do que lá, porque aqui faço o que quero e não o que me mandam”. E1

O outro adolescente que afirmou já ter sido aluno da instituição, mostrou grande interesse em voltar, afirmando que na entidade ele tem mais amigos de verdade e aprende muitas coisas. Quando perguntamos sobre os motivos que não o permitem voltar, ele desconversou, emocionado, dizendo que:

“Eu queria muito voltar para a instituição, mas realmente hoje não posso mais. Não quero responder mais que isso”. E5.

Sobre jovens que gostariam de voltar para a Associação, também um dos monitores contou que:

“Com certeza, a Associação é muito importante na vida dos educandos tanto é que tem vários garotos que saíram do Querubins e agora querem voltar”. R.

Entre os 3 primeiros, dois deles afirmaram que não participam da ONG porque precisam trabalhar para ajudar nas despesas da casa. Um desses afirmou que trabalha na rua

junto com outros irmãos. O outro, ainda, disse que não quer participar “*porque tem mais o que fazer*”. E4.

Quando questionados: **você acredita que ONGs como a Associação Querubins auxiliam crianças e adolescentes a desenvolver sua capacidade cidadã efetiva?** Quatro disseram que não acreditam nessa possibilidade. Para um deles:

“Aprender a dançar e a tocar não desenvolve nada a não ser o gostar de dançar e tocar melhor. Mas capacidade cidadã, não”. E2.

Porém, ao perguntarmos se eles sabiam o que seria capacidade cidadã efetiva, nenhum soube responder, sendo que três deles simplesmente disseram não ter a mínima idéia da conceituação. Entre eles, o que respondeu a frase acima.

Nesse sentido, outro jovem, ainda respondeu:

“Eu não sei mesmo o que é isso, mas posso dizer que a única coisa boa que tem lá no Querubins é as viagens que as turmas fazem para dançar fora. Não sei se isso tem a ver com essa capacidade que você tá falando, mas isso é legal lá. Mas só isso.” E4.

Realmente, essa informação foi confirmada pela coordenação que, inclusive, no momento dessa pesquisa, formava uma turma para uma apresentação de dança na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará; essas respostas apresentadas acima, muito mais do que indicar a falta de informação dos entrevistados, mostra a compreensão do termo cidadania, a sua ligação com a qualidade de vida dos cidadãos e da oportunidade que ela possibilita.

Já sobre a questão: **o que você aprendeu relacionado à cidadania no seu grupo familiar e/ou círculo de amigos? Cite pelo menos dois itens**, as respostas foram diversificadas, como mostram as falas abaixo:

“Eu aprendi sobre eleição, sobre quais são os meus direitos e sei que tenho alguns deveres também”. E5.

“Eu aprendi que só os mais ricos é que têm direito. Pobre só tem dever”. E1.

“Eu sei que a gente tem que votar senão paga multa e pode ir até preso. Aprendi também que a gente tem que fazer tudo igual fala na lei senão a gente vai preso também”. E4.

Três deles afirmaram que aprenderam isso por meio de conversas com seus familiares, um afirmou que vê jornal na televisão e outro informou que aprendeu com amigos. Nenhum deles afirmou que a leitura foi sua fonte de informação.

Além disso, quando houve uma rápida explicação sobre o que significava o termo cidadania, alguns responderam:

“Ah! Então, eu aprendi que sou brasileiro e não desisto nunca! Isso eu vi na televisão! É isso?” E3.

“Então é mais ou menos o que eu falei mesmo. Eu sei que todo brasileiro tem que seguir a Constituição e sei que tem até direitos da criança e do adolescente também. E se a pessoa nasceu aqui no Brasil tem esses direitos e os deveres que estão lá. Eu estou embolando o que é cidadania e democracia. Ou é uma coisa só? Que confusão!” E2

Essa afirmação foi a mais aproximada das que conseguimos com os jovens da Associação. Pudemos, então, verificar que as diferenças tanto de comportamento, quanto de posicionamento frente às questões sociais e políticas entre os dois grupos pesquisados é perceptível e ficou claro para nós pesquisadores o trabalho desenvolvido pela Associação na construção de sujeitos atores sociais na comunidade da qual fazem parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de cidadania sempre esteve estreitamente ligado à idéia de direitos. Porém, vale a pena lembrar que dentro de uma democracia, a conceituação de direitos indica, por si só, a obrigatoriedade da existência de deveres, já que a coletividade possui deveres que garantem os direitos individuais daqueles que dela fazem parte. Alguns autores, como, por exemplo, Marshall (1967), afirmam que esses direitos se subdividem em três: civis, políticos e sociais. O termo cidadania surgiu na Grécia e era utilizado para indicar os direitos do cidadão e que possibilitavam a participação dos mesmos nas decisões políticas em sociedade. Com o passar dos tempos, esse conceito se ampliou, passando a ser indicativo do conjunto de direitos e deveres que um cidadão possui.

Esse espaço de cidadania, segundo Matos (2009) “é o âmbito dinâmico de construção das lutas sociais por direitos, onde são os seres humanos os atores e atrizes que agem politicamente para efetivar suas demandas na forma da consolidação do direito”. (MATOS, 2009, s.p.).

Democracia, por sua vez, indica o sistema de governo no qual os cidadãos podem participar da vida política de seu país por meio de voto e têm liberdade de expressão e que podem lutar pelos seus direitos direta ou indiretamente.

Portanto, devemos deixar bem claro que apesar de terem sentidos complementares, não podemos dizer que cidadania e democracia possuem o mesmo significado. De acordo com Souki (2006):

Tomando apenas o contexto da transição à democracia no Brasil, (...) nos anos de 1980 (...), o discurso político do início desse período esteve impregnado da idéia de cidadania. As oposições à ditadura tomaram este discurso para afirmar direitos antes interditados (...). A idéia de luta pela conquista da cidadania procurava afirmar, dentro da legalidade institucional, tudo o que se teria direito como país civilizado sem colocar em xeque a ordem estabelecida. Nesse contexto, ela também continha a bandeira da defesa de direitos, bem como a idéia de civilidade, enquanto cumprimento das obrigações do Estado e dos indivíduos. (SOUKI, 2006, p.2).

Podemos afirmar, portanto, após a pesquisa bibliográfica que, como diz o Professor Juarez Guimarães em uma das vídeo-aulas¹⁸ apresentadas, “a solução contra o patrimonialismo brasileiro é a universalização da cidadania, isto é, a formação do brasileiro enquanto cidadão de direitos políticos”.

¹⁸ Vídeo-aula 3.

A questão da cidadania e da participação política está ligada à vida cotidiana de todos, mas como bem sabemos, a sociedade brasileira possui grande desigualdade social, econômica, cultural etc, o que torna a conscientização política um fator dificultador da luta pelos direitos. Daí a necessidade de instituições que transformem direitos e recursos em capacidades.

Assim, de acordo com Martins (1997), “O período compreendido entre 1945 e 1964 representa o desdobramento das estruturas institucionais do Estado, tendo como pano de fundo o panorama político e o retorno à democracia” (MARTINS, 1997, p.54). Então, principalmente a partir da década de 1970, o Brasil passou a ter, como marca política, o surgimento de instituições voltadas para as identidades pessoais e para a resolução de problemas mais peculiares e com caráter mais imediatista e particular que a instituições partidárias existentes concebidas como organizações políticas de direita ou esquerda. Esses movimentos ali surgidos passaram a desenvolver formas alternativas de convivência e participação e eram embasadas por necessidades e desejos idênticos de seus participantes.

Nesse sentido, para Anastasia¹⁹:

As instituições promovem a interação entre o poder executivo e os cidadãos. Daí a necessidade de uma institucionalização. Além disso, a produção de estabilidade tem gerado um déficit de representatividade e accountability, sendo que, para melhorar esse problema, há a necessidade de pormenorizar a questão da desigualdade, que acaba por pressionar a ordem política, pois inibe a participação política dos cidadãos, e de criar condições para a operação de instituições existentes a fim de que os cidadãos possam efetivamente participar da democracia não somente no momento eleitoral e sim, efetivamente, na política.

Voltando à questão histórica, Duarte *et al* (2002) afirmam que as características do Estado brasileiro nestas últimas décadas estão abarcadas pelo cada vez maior número de Organizações Não-Governamentais e suas formas de intervenção social, o que acabou por construir uma espécie de “aparelho informal voltado para a conversão”, fazendo uma espécie de “concentração de parte das insatisfações das classes populares antes excluídas”, o que os autores chamam de “pseudo-cidadania” (DUARTE *et al*, 2002, p.75).

Por outro lado, por meio de nossa pesquisa, pudemos verificar que a participação efetiva desse público em situações históricas, nos permite afirmar que os jovens não só exercem influência e têm força de atuação, como sofrem influências de diversos tipos, como mídia, educação, família, amigos. Ou seja, eles sofrem e exercem influências políticas em todos os níveis de nossa sociedade.

¹⁹ Em vídeo-aula – Módulo 5

Assim, torna-se importante frisar que quando participantes do movimento social, sejam ONGs, movimentos estudantis ou mesmo família, instituições, organizações, círculo de amigos, etc, essas devem possuir uma estrutura sólida para que possam, efetivamente, contribuir para a formação cultural, social e política desse jovem, a fim de construir a sua existência como sujeito social e como cidadão participante do processo político em nosso país, entendendo a cidadania como uma ligação entre ser social e Estado, com seus compromissos, suas responsabilidades e seus direitos.

A procura pela informação, pela formação, a luta contra o preconceito, a procura pela dignidade da comunidade envolvida, pela construção da cidadania de seus participantes, demonstram a luta da instituição pesquisada pela construção da democracia dos cidadãos de um modo geral. Podemos considerar, diante do estudado, que essa busca da Associação Querubins, portanto, é direcionada ao bem comum, ao bem estar social, à dignidade humana e à identidade brasileira, diversificada e híbrida culturalmente, até mesmo por meio do ensino de danças, artes e ofícios, efetivando-se a aprendizagem artística como resgate social.

Pudemos verificar, ainda, por meio desse trabalho, que os movimentos sociais são a ação de vários indivíduos com um objetivo em comum, movidos pelo grau e tipo de mudança que pretendem provocar na sociedade, e levando-se em conta os valores de cada um dos integrantes. Contudo, a mídia exerce um papel importante na construção da identidade dos indivíduos envolvidos nesses movimentos e também no público jovem, de uma maneira geral, dando visibilidade aos atos, dependendo de suas próprias necessidades.

Então, independente da sua situação econômica social, torna-se necessário que haja o reconhecimento, por parte de toda a sociedade, de todos aqueles que fazem parte da democracia, indiscriminadamente, devendo estar atentos ao fato de que a participação é imprescindível para o fortalecimento da luta pela concretização das necessidades coletivas e de que a base realmente estruturada é a maior possibilidade de construção efetiva desses jovens como sujeitos sociais e realmente participativos, o que foi confirmado por nossa pesquisa de campo. Porém, percebemos que essa mesma observação não foi feita no que se refere aos jovens não participantes da ONG.

Portanto, pudemos observar, que não adianta somente haver um asseguramento básico da igualdade e da participação popular. A democracia tem o benefício de igualizar as pessoas naquilo que elas têm de diferente (substituibilidade, que é a possibilidade que só a democracia oferece, de nos planos formal ou real, em determinadas condições, fazer as pessoas iguais naquilo que elas em comum estejam fazendo na esfera pública). Porém, isso não é suficiente

para que a democracia seja efetivada no país. É necessário, não só esse asseguramento como também deve haver efetivamente essa participação popular, que não se dá a todo o momento, porque a sociedade política atualmente é separada da sociedade civil. O povo se manifesta nos períodos eleitorais, mas não deveria ser somente neles a manifestação de seus interesses. Isso vai depender muito dos arranjos que cada país vai fazer do ponto de vista da sua estrutura de Estado e como que ele vai operacionalizar a democracia. Quanto mais pessoas participando dessas instituições, portanto, mais democrático é o país. Devemos notar que se assegurar que um país é democrático ou não, segundo Dahl (2001) dá-se por meio de observar se o país assegura que ele seja construtor de igualdades e que assegure a liberdade das pessoas, se tiver essas instituições mínimas, no sentido de ter algo construído e capaz de atender e permitir a participação popular, ele pode ser considerado como democrático.

No aspecto formal, o Brasil já realiza isso, mas ainda não temos uma grande participação da população nessas instituições com chances, inclusive, dos jovens participarem das questões públicas e dos espaços coletivos. Ou seja, do ponto de vista real, ainda de acordo com o autor, nenhum país concretizou efetivamente todos os critérios que são ideais para a realização da democracia. Em alguns casos, a falta de informação priva essa utilização e conseqüentemente, a conquista da participação, não só do público jovem, mas de toda a população de um modo geral.

Ao fazermos o estudo comparativo entre os jovens que participam e os que não participam da ONG pesquisada, podemos notar que um dos pontos importantes verificados é justamente o que se refere à informação disponibilizada. Enquanto os jovens da Associação têm maior possibilidade de acesso à informação, os adolescentes que não participam dela, além de ter grande parte do tempo ocioso do período externo ao ambiente escolar, ainda possuem como principal e porque não dizer única, fonte de informação os seus vínculos familiares e de amizade, diferentemente do que acontece com os alunos da Associação, que ainda se apóiam na leitura e na conversa com monitores e educadores da instituição para se manterem informados.

Outro fator que contribui para essa diferença entre os dois públicos pesquisados diz respeito à abertura de consciência política realizada pela ONG nos jovens atendidos, o que não pudemos verificar com os adolescentes não participantes. As palavras direitos e deveres foram citadas por todos os alunos da instituição em pelo menos uma das perguntas apresentadas, enquanto com os jovens não participantes, apenas um deles fez a utilização

desses termos em apenas uma das perguntas realizadas, o que pode ser um indicador da precariedade da conscientização política por que passam esses jovens entrevistados.

Sabemos que, diante do exposto, outras pesquisas se fazem necessárias, já que nenhuma pesquisa pode ser considerada como acabada no sentido de ter um término, pois hipóteses geram resultados que geram novas hipóteses e que abrem, por sua vez, novos caminhos e novas possibilidades. A própria aproximação entre ONG e Estado por meio de financiamentos é o que isso permite às Organizações Não-Governamentais poder constituir-se como uma dessas possibilidades. Porém, a hipótese inicialmente levantada por esse trabalho, de que os alunos atendidos pela ONG Associação Querubins possuem uma maior consciência política e maior jogo de cintura nos aspectos políticos e sociais que envolvem o seu cotidiano nos parece confirmada. Isso é refletido nas falas dos alunos, na desenvoltura que tiveram dentro da própria pesquisa e que foi observado por meio de suas reações e de suas atitudes durante a aplicação dos questionários e entrevistas.

Assim, segundo Macedo e Brito (1998), em nossas sociedades modernas e capitalistas, há uma grande desigualdade na distribuição de bens não só materiais como culturais, na afirmação de direitos e garantias individuais e na participação das decisões políticas. Nesse sentido, ainda conforme os autores, as populações que passam por esse tipo de problema acabam por articular estratégias a fim de superar essas necessidades básicas de sobrevivência. Porém, em alguns casos observados, pudemos verificar que a sobrevivência material é o que impulsiona os jovens não participantes a se manterem afastados da ONG estudada.

Podemos, então, concluir que direitos, democracia e cidadania, mesmo quando envoltos em situações de exclusão social, revelam caminho possível de luta política, mas, para isso, é necessário, prioritariamente, compromisso democrático e o fortalecimento da sociedade civil, o que pode ser induzido pela própria participação na Associação. Assim, acreditamos que seja por meio do exercício da cidadania na ONG que esses jovens poderão constituir novos vínculos e novas identidades sociais, ampliando ou não sua participação política efetiva e a conscientização do pertencimento a uma sociedade que deve ter direito a vez e voz.

Assim, como nos diz Leite (2000):

Nada garante, pois, que a intensa e fragmentada participação a que vimos assistindo na sociedade brasileira seja parte de um processo de renovação da política e da democracia. Mas nada também garante que não venha a se constituir como tal. Antes, o sentido desses processos vem sendo disputado por projetos diversos a partir dos vários conteúdos que conferem à idéia e à prática da cidadania. (LEITE, 2000, p.25).

Pensando especificamente no que se refere aos sujeitos pesquisados, devemos observar que, independentemente da idade que possuem, esses adolescentes são agentes na construção de novas formas de se viver e agir na cidade, quer seja, nas palavras de Arendt (1971), ressignificar o que era instituído a partir da realidade de cada um, mesmo sendo as ações deliberadas por esses atores mais restritas, já que a apropriação de espaços na cidade são limitadas ao espaço doméstico ou à escola. Vale, portanto, destacar que, no caso dos adolescentes atendidos pela Associação, há uma ampliação dessa participação, haja vista a apropriação de mais um espaço por esses sujeitos, que é a própria ONG, o que não acontece com aqueles que dela não são participantes.

Dessa forma, podemos concluir, ainda, que essa maior participação de crianças e adolescentes na sociedade, possibilitada mais amplamente por movimentos sociais, especificamente a Associação Querubins, objeto de nossa pesquisa, amplia esse universo social desses sujeitos funcionando como mais um espaço de participação e construção de uma sociedade na qual eles devem ter o direito de querer participar em conjunto com outros atores sociais que dela fazem parte e de que nela atuam, o que é exemplificado com a fala de um dos monitores, que diz:

“A Associação tem um papel muito importante para todo mundo: para mim, pois tudo o que sei aprendi aqui; para os alunos é fundamental porque ela mostra para esses garotos que eles precisam fazer escolhas do que eles querem ou não para a vida; e para a comunidade ela é importante porque os jovens que ficam aqui são cuidados e aprendem muitas coisas que vai interferir no que ele vai ser lá fora. Quando eles não ficam aqui na Associação, eles não sabem nada sobre o que é ser cidadão, não sabe nem o que é direito nem dever, nem nada. Eles só querem saber o que eles querem, sem se importar o que pode ou não fazer. E a sociedade, a comunidade sofre muito por causa disso, pois esse jovem vai dar muito problema para a família lá fora. Os meninos daqui não dão nenhum tipo de aborrecimento para ninguém porque eles saem daqui com pelo menos a noção do que podem e não podem fazer; eles têm uma visão completamente diferente dos meninos que estão lá fora. E isso é muito bom!” R.

Assim, Segundo Castro (2001), o cidadão é o “habitante da cidade e senhor de direitos e obrigações enquadrados no âmbito da convivência com os outros” (CASTRO, 2001, p.116) e, para tanto, é necessário que “as crianças conquistem a cidade”, não somente por meio do conhecimento, mas através do amor e da identificação, o que acontece na ONG pesquisada,

fazendo-a efetiva na vida das crianças e dos adolescentes que podem dela usufruir na busca de maior participação social e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. **O que é uma ONG?** Disponível em: www.abong.org.br/perguntasmaisfrequentes. Acesso em 14 ago. 2009.

ALGOSOBRE. **O sistema feudal.** Disponível em: <http://www.algosobre.com.br/historia/sistema-feudal-o.html>. Acesso em: 8 jan. 2010.

ANASTASIA, Fátima. Vídeo-aula. **Módulo 5.** Curso de Conselheiros Nacionais. Instituições Políticas Brasileiras, 2008.

ARAÚJO, E. A. de. **A construção social da informação:** práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais - ONGs brasileiras. Brasília: UnB, 1998. 221 f. (Tese – Doutorado – Ciência da Informação – UnB/CID).

ARENDT, Hannah. **Da revolução.** Lisboa: Moraes Editores, 1971.

ARROYO, Miguel. **Pedagogias em movimento:** o que temos a aprender com os movimentos sociais?, 2003. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf. Acesso em: 17 jul. 2009.

ARTE DE PENSAR. Cidadania. Disponível em: http://aartedepensar.com/leit_cidadania.html. Acesso em: 06 abr. 2010.

AVRITZER, Leonardo. 1996. **A moralidade da democracia.** São Paulo: Perspectiva, 1996.

AVRITZER, Leonardo. Em busca de um padrão de cidadania mundial. **Lua Nova**, n.55-56, São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000100002&lang=pt. Acesso em 23 out. 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA NETO, Francisco. **A geração dos anos 90:** perfil do adolescente. Florianópolis: Ed. Promover, 1990.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, Revista CEDEC, nº33, São Paulo, 1994.

BODSTEIN, Regina Cele de A. Cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.13, n.2. Rio de Janeiro, Abr./Jun. 1997.

BONFIM, Washington Luís de Sousa Bonfim; SILVA, Irismar Nascimento da. Instituições políticas, cidadania e participação: a mudança social ainda é possível. **Revista de Sociologia e Política**, n.21, Curitiba, nov. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200008&lang=pt. Acesso em 12 set. 2009.

BRAGA, Roseane Coelho. **ONGs: Um instrumento do Estado ou uma conquista da sociedade civil brasileira?** Disponível em: www.moradiaecidadania.org.br/pdf/ongs.pdf. Acesso em 12 out. 2009.

CARVALHO, J. M. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, n. 18, p. 337-359, 1995. Pontos e bordados. Belo Horizonte: Ed. Ufmg, 1998.

CASTRO, L. R. **Subjetividade e cidadania: Um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras.** Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2001.

COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio: o mito das classes perigosas.** Niterói/Rio de Janeiro: Intertexto/Oficina do Autor, 2001.

COIMBRA, C. M. B. e NASCIMENTO, M. L. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P. C. P. & IULIANELLE, J. A. S. (Orgs.). **Jovens em tempo real.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Àgora – Políticas públicas e Serviço Social**, Ano. 2, Vol.3, dez. 2005. Disponível em: www.assistentesocial.com.br/agora3/coutinho.doc. Acesso em 17 out. 2009.

DAHL, R. **Sobre a democracia.** Brasília: UnB, 2001.

DAHRENDORF, R., 1992. **O Conflito Social Moderno.** São Paulo: Zahar. <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S0102-311X199700020000200009&pid=S0102-311X1997000200002&lng=en>. Acesso em 13 dez. 2009.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, nº 23, set-dez, 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf. Acesso em 16 set. 2009.

DICIONÁRIO DE (DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Direitos+culturais>. Acesso em 05 abr. 2010.

DOMINGUES, José Maurício. Instituições formais, cidadania e solidariedade complexa. **Lua Nova**, n.66, São Paulo, 2006.

DUARTE *et al.* **Epidemiologia das desigualdades no Brasil.** Organização Pan-Americana da Saúde, Brasília, 2002.

FAVELA É ISSO AÍ. **O papel das ONGs na periferia.** Disponível em: <http://www.favelaeissoai.com.br/noticias.php?cod=27>. Acesso em: 5 set. 2009.

FAVELA É ISSO AÍ. **Vila Acaba Mundo.** Disponível em: http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades_mostra.php?cod=3. Acesso em: 8 nov. 2009.

FRANCO, Augusto de. **Redefinindo ONG.** Belo Horizonte, 1994.

FREIRE, P. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1967.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GUIMARÃES, Juarez. Vídeo-aula. **Módulo 3**. Curso de Conselheiros Nacionais. Instituições Políticas Brasileiras, 2008.

LANDIM, L, A. **Notas para um perfil das ONGs**. Disponível em: <http://www.abong.org.br/artigos/landim.htm>. Acesso em: 12 dez. 2009.

LANDIM, L. Notas sobre a campanha do Betinho: ação cidadã e diversidades brasileiras. In: LANDIM, L. (org.). **Ações em sociedade**. Militância, caridade, assistência, etc., Rio de Janeiro, NAU, 1998.

LANDIM, L. Múltiplas Identidades das ONGs. In: HADDAD, S. (org.). **ONGs e Universidades – Desafios para a Cooperação na América Latina**. São Paulo: Abong, Pieirópolis, 2002.

LAVALLE, Adrián Gurza. Cidadania, igualdade e diferença. **Lua Nova**, n. 59, São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000200004&lang=pt. Acesso 30 jan. 2010.

LEAL, Vitor Nunes. **O coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.15, n.44, São Paulo, out. 2000. Disponível em: http://www.ufac.br/pro_reitorias/pr_pesquisa/edufac/seringal/1_edicao/pdfs/desenvolvimento_sustentavel_wwf.pdf. Acesso em: 15 jan. 2010.

LÜDKE, Menga e ANDRÊ, Marli E. D. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: E.P.U, 1986.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

MARTINS, H. F. Burocracia e a revolução gerencial - a persistência da dicotomia entre política e administração. **Revista do Serviço Público**, Ano 48, Número 1, Jan-Abr 1997. Disponível em: [http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/97-Martins,%20HF48\(1\).pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/97-Martins,%20HF48(1).pdf). Acesso em: 03 out. 2009.

MARTINS, Vívian Barros; ALVES, Rafael de Oliveira. **Regularização fundiária sustentável na Vila Acaba Mundo: uma experiência de integração entre ensino, pesquisa e extensão para a consolidação do direito urbanístico na universidade**. Disponível em: www.polos.ufmg.br/arquivos/producoes...2/dir-urbanistico. Acesso em 12 dez. 2009.

MATOS, José Pedro da Costa. **Educar para a cidadania**. Disponível em: <http://cfppa.prof2000.pt/cidadania/curso/cidamatos.pdf>. Acesso 22 jan. 2010.

MATOS, Marlise. **Cidadania porque, quando, para quê e para quem?** Desafios contemporâneos ao Estado e à democracia inclusivas. Disponível em: <http://www.fnf.org.br/wp-content/uploads/2009/09/cidadania.pdf>. Acesso em 30 set. 2009.

McCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. **The Public Opinion Quarterly**, Vol. 36, nº 2, 1972, p. 176-187 citados por LOPEZ, Débora Cristina. Agenda setting e enquadramento: Algumas considerações sobre os estudos de efeitos dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.15, n.44, São Paulo, out. 2000.

NASCIMENTO, Daniel; PINHEIRO, Mirela; VIEIRA, Samyr; OLIVEIRA, Pâmela. **Desenvolvimento sustentável: cultura e movimentos sociais. A experiência WWF.** Disponível em: www.ufac.br/pro.../pr.../desenvolvimento_sustentavel_wwf.pdf. Acesso em: 13 out. 2009.

NOVAES, R. R. Apresentação. In: NOVAES, R.R. e MAFRA, C. **Juventude, conflito e solidariedade.** Comunicações do ISER, 1998.

PAULICS, Verônika; BAVA, Sílvio Caccia. Em busca do conhecimento e da afirmação da cidadania. **São Paulo em Perspectiva**, vol.16, n.3, São Paulo, 2002.

REIS, E.P. Generalização e Singularidades nas Ciências Humanas. **Humanas. Revista do CFCH/UFRGS.** Porto Alegre, v. 19/20, n. 1/2, p. 7-19, 1997.

REIS, Elisa P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. São Paulo. **RBCS**, v. 15, n. 42, p. 144-152, 2000.

ROBERTS, Bryan R. **A dimensão social da cidadania.** Disponível em: www.anpocs.org.br/portal/...00.../rbc33_01.htm. Acesso em 15 out. 2010.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, vol.29, n.1, Brasília, Jan./Abr. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000100004&lang=pt. Acesso em 9 nov. 2009.

ROCHA. S. **Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. **Ponto e Contraponto**, Centro de Psicanálise, Ano V, n. 41, São Paulo: Livraria Pulsional, set., 1992. p.33-42. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/homemetica.pdf>. Acesso em 23 out. 2009.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras.** Ações coletivas na era da globalização. São Paulo, Hucitec, 1999.

SHERER-WARREN Ilse. **Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias.** Disponível em: www.cfh.ufsc.br/~npms/wpapers/Ilse%20-%20Texto%20SBS.doc. Acesso em 5 dez. 2009.

SOARES, Maria Victória de Mesquita Benevides. **Cidadania e Direitos Humanos**, 2007.

Disponível em:

http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=99&func=startdown&id=196. Acesso em: 4 dez. 2009.

SOUKI, Léa Guimarães. A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil.

Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. **A Ilusão Fecunda: a luta por educação nos movimentos populares**. São Paulo, HUCITEC, 1993.

TAKIUTI, Albertina Duarte. Programa de atendimento integral à saúde do adolescente: uma proposta de trabalho. In: **Tratado de adolescência: um estudo multidisciplinar**. Rio de Janeiro Ed. Cultura Médica, 1991. p. 31-59.

URBEL/PBH. **Plano Global Específico** – Um Instrumento de Planejamento Urbano em Assentamentos Subnormais. Disponível em:

www.habitare.infohab.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/54.pdf. Acesso em 13 dez. 2009.

VALLE, Lílian do. Ainda sobre a formação do cidadão: é possível ensinar a ética? **Educação e Sociedade**, vol.22, n.76, Campinas, out. 2001. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000300010#back. Acesso em 13 dez. 2009.

VIEIRA, Liszi. **Os argonautas da cidadania**. 2001. Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=5pIfbj3QcZMC&pg=PA229&lpg=PA229&dq>. Acesso em 18 nov. 2009.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

ANEXOS

Anexo 1 - Entrevista para a Coordenação da Associação Querubins

- 1- Quantas crianças e jovens participam do trabalho desenvolvido na associação?
- 2- São quantos monitores? São trabalhos voluntários ou assalariados?
- 3- Qual o principal objetivo da Associação Querubins?
- 4- Quais são as atividades implementadas pela Associação?
- 5- Como vocês trabalham as práticas cidadãs na Associação?
- 6- Vocês trabalham essas questões com todos os envolvidos no projeto (monitores, pais, adolescentes e crianças) ou apenas com os jovens?
- 7- Como é, para a ONG, trabalhar com esse público?
- 8- Algum plano para o futuro?
- 9- A ONG recebe qual o tipo de ajuda para a execução de suas atividades?
- 10- A ONG vem passando ou já passou por algum tipo de dificuldade? Qual?
- 11- De que forma você acredita que a Associação Querubins colabora para a construção cidadã dos indivíduos que fazem parte dela, diretamente e indiretamente?
- 12- A Associação trabalha apenas com a criança e adolescente ou ela faz algum outro tipo de trabalho com a família dos seus atendidos? Qual?
- 13- Alguém da própria comunidade já trouxe algum tipo de problema para a Associação? Pode nos contar o que aconteceu? Como o problema foi resolvido?
- 14- O que você pode dizer para aquelas crianças e/ou jovens que não querem participar da Associação?
- 15- Se isso realmente ocorre, porque você acha que esse tipo de reação ainda acontece?
- 16- Você acredita que assuntos relacionados à cidadania, democracia, participação política são importantes de serem discutidos em uma ONG como a Associação Querubins? Por quê?

Anexo 2 – Questionário para monitores

1- Qual atividade você exerce aqui na Associação?

2- Você se considera um educador?

Sim

Não

Porquê? _____

3- Com quantas crianças e adolescentes você atua?

4- O que levou você a participar da Associação?

Vontade de ajudar os outros (as crianças, os idosos, os pobres, os doentes, outros)

Cooperar com o seu grupo (de vizinhos, colegas de trabalho, étnico, de mulheres, etc.) na busca de melhorias

Cooperar na busca de melhorias coletivas para a sua cidade, país ou mundo

Porque lhe beneficiava (ajudava) de alguma maneira

Defender as idéias nas quais você acredita, ou o que você acha justo

Outro motivo. Qual? _____

5- Como você entrou na ONG?

Fui chamado pela Associação

Eu pedi para entrar

Fui obrigado pelos pais e/ou parentes

Indicação de amigos

Outro? Qual _____

6- Qual é o incentivo que você tem para realizar esse trabalho na ONG?

7- Você considera o trabalho da Associação como importante?

Sim

Não

8- Qual a importância que você acredita que esse trabalho tenha para a comunidade de um modo geral?

Tira os meninos da rua

Auxilia nos deveres escolares

Afasta-os da droga e das más companhias

Auxilia os pais na educação dessas crianças e adolescentes

Aprimora os conhecimentos que eles possuem

Não há nenhuma importância nesse sentido no trabalho da ONG

Constrói politicamente o indivíduo

Outro? Qual? _____

9- Você já passou por algum tipo de problema com algum aluno atendido?

Não

Sim. Pode dizer qual?

10- Grande parte dos monitores que aqui atuam já foram atendidos pela Associação e hoje são educadores. Esse é o seu caso?

Não

Sim. Qual a razão que o incentivou para essa evolução?

11- O que você aprendeu na época em que era aluno e tenta repassar aos seus educandos?

12- Você acredita quais assuntos relacionados à cidadania, democracia, participação política são importantes de serem discutidos em uma ONG como a Associação Querubins?

Eleições

Política

Construção cidadã

Direitos e deveres

Orçamento participativo

nenhum

Outro? Qual? _____

Por quê?

13- Qual a importância da Associação na sua vida?

14- E na vida dos educandos?

15- E na vida da comunidade de um modo geral?

16- Para você, a ONG é importante na construção da cidadania dessas crianças e jovens participantes?

() Sim

() Não

Por quê?

Anexo 3 – Questionário para os jovens da Associação Querubins**PARTE I**

- 1- Qual o seu apelido? _____
- 2- Qual a sua faixa etária?
- () 12 ou 13 anos
- () 14 ou 15 anos
- () 16 ou 17 anos
- () 18 anos ou mais
- 3- Qual a faixa salarial de sua família?
- () Menos de um salário mínimo
- () Um salário mínimo
- () Entre um e dois salários mínimos
- () Mais de dois salários mínimos
- 4- Mora com pai e mãe?
- () Sim
- () Só com mãe ou só com pai
- () Mora com avós
- () Mora sozinho
- () Mora com companheiro (a)
- 5- Em que bairro? _____
- 6- Qual a profissão de sua mãe?
- () Desempregada
- () Dona de casa
- () Serviços domésticos para fora (faxina)
- () Servidora pública
- () Trabalha no comércio

Trabalhadora informal

Outros

7- Qual a profissão de seu pai?

Desempregado

Autônomo

Assalariado

Servidor público

Trabalha no comércio

Trabalhador informal

Outros

8- Você estuda atualmente? Está em que série?

Não

Sim. Curso a _____ série do ____ Grau.

9- Qual a instrução de sua mãe?

Alfabetização

1º Grau incompleto

1º Grau completo

2º Grau incompleto

2º Grau completo

Superior incompleto

Superior completo

Analfabeta

Cursando EJA

10- Qual a instrução de seu pai?

Alfabetização

1º Grau incompleto

- 1º Grau completo
- 2º Grau incompleto
- 2º Grau completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Analfabeta
- Cursando EJA

PARTE II

11- O que levou você a participar da Associação? Como você entrou na ONG?

(Marque quantas alternativas forem verdadeiras)

- Indicação de amigos
- Indicação dos pais e/ou parentes
- Vontade de ocupar o tempo livre
- Aprender coisas novas
- Sair das ruas
- Ser ajudado nos deveres escolares
- Fazer mais amigos

12- Quais as atividades que você faz na associação?

- Faz deveres
- Dança
- Música
- Leitura
- Produção de textos
- Outras. Quais? _____

13- Em que você acha que essas atividades contribuem para a sua participação política no país?

Não acho que nenhuma das atividades que faço tenham contribuído para isso

Hoje tenho mais consciência sobre em quem votar

Sei dos meus direitos e deveres

Na Associação temos direito de voz e somos ouvidos, como deve ser em uma democracia

Sinto que faço parte de uma comunidade que deve exigir seus direitos e deve participar na política do meu país

Outras? Quais?

14- O que, para você, é cidadania?

Não é nada importante que eu queira me preocupar agora, pois sou muito novo

É votar nas eleições

É poder fazer tudo o que quero

É lutar pelos seus direitos

É ter deveres a serem cumpridos

É participar ativamente da política do país

Outra? Qual?

15- O que é, para você, democracia?

Não é nada com que eu deva me preocupar.

Isso é coisa apenas para políticos

É poder votar

- É ter direito a vez e voz, podendo participar ativamente de todo o processo político
- É ter direitos e deveres a serem cumpridos
- Outras? Quais?

16- Você acredita, então, que a ONG auxilia você a desenvolver sua capacidade cidadã?

- Sim
- Não

Por quê?

17- O que você já aprendeu relacionado à cidadania na Associação Querubins? Cite pelo menos duas.

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____

18- De que forma você aprendeu isso?

- Lendo
- ouvindo dos professores
- conversando com colegas
- em debates na Associação
- Outros? Quais?

19- O que você aprendeu relacionado à cidadania no seu grupo familiar e/ou círculo de amigos? Cite pelo menos duas.

- 1) _____

2) _____

3) _____

20- De que forma você aprendeu isso?

Conversa com familiares

conversa com amigos

lendo

vendo TV

na escola

Outros? Quais?

Anexo 4 – Questionário para adolescentes da comunidade não participantes da Associação Querubins

PARTE I

1- Qual o seu apelido? _____

2- Qual a sua faixa etária?

12 ou 13 anos

14 ou 15 anos

16 ou 17 anos

18 anos ou mais

3- Qual a faixa salarial de sua família?

Menos de um salário mínimo

Um salário mínimo

Entre um e dois salários mínimos

Mais de dois salários mínimos

4- Mora com pai e mãe?

Sim

Só com mãe ou só com pai

Mora com avós

Mora sozinho

Mora com companheiro (a)

5- Em que bairro?

6- Qual a profissão de sua mãe?

Desempregada

Dona de casa

Serviços domésticos para fora (faxina)

- Servidora pública
- Trabalha no comércio
- Trabalhadora informal
- Outros

7- Qual a profissão de seu pai?

- Desempregado
- Autônomo
- Assalariado
- Servidor público
- Trabalha no comércio
- Trabalhador informal
- Outros

8- Você estuda atualmente? Está em que série?

- Não
- Sim. Curso a _____ série do ____ Grau.

9- Qual a instrução de sua mãe?

- Alfabetização
- 1º Grau incompleto
- 1º Grau completo
- 2º Grau incompleto
- 2º Grau completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Analfabeta
- Cursando EJA

10- Qual a instrução de seu pai?

- Alfabetização
- 1º Grau incompleto
- 1º Grau completo
- 2º Grau incompleto
- 2º Grau completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Analfabeta
- Cursando EJA

PARTE II

11- Quais as atividades que você faz no seu dia a dia, além da escola?

- Brinca
- Faz deveres
- Ajuda na comunidade
- Não faz nada
- Ajuda os pais
- Trabalha
- Pratica esportes
- Outro? Qual? _____

12- Em que você acha que essas atividades contribuem para a sua participação política no país?

- Não acho que nenhuma das atividades que faço tenham contribuído para isso
- Hoje tenho mais consciência sobre em quem votar
- Sei dos meus direitos e deveres

Na Associação temos direito de voz e somos ouvidos, como deve ser em uma democracia

Sinto que faço parte de uma comunidade que deve exigir seus direitos e deve participar efetivamente na política do meu país

Outras? Quais?

13- O que, para você, é cidadania?

Não é nada importante que eu queira me preocupar agora, pois sou muito novo

É votar nas eleições

É poder fazer tudo o que quero

É lutar pelos seus direitos

É ter deveres a serem cumpridos

É participar ativamente da política do país

Outra? Qual?

14- O que é, para você, democracia?

Não é nada com que eu deva me preocupar.

Isso é coisa apenas para políticos

É poder votar

É ter direito a vez e voz, podendo participar ativamente de todo o processo político

É ter direitos e deveres a serem cumpridos

Outras? Quais?

15- Você acredita que ONGs como a Associação Querubins auxiliam crianças e adolescentes a desenvolver sua capacidade cidadã?

Sim

Não

Porquê? _____

16- Você já participou alguma vez da Associação Querubins?

Sim

Não

17- Qual o motivo de você não participar da Associação hoje?

Não tem interesse em participar,

Não tem tempo,

Não tem recursos (dinheiro, informação, habilidades, etc),

Não adianta/ não resolve nada,

Não Precisa (não tem necessidade),

Outros participam e resolvem o assunto,

Prefere resolver sozinho os próprios assuntos,

Espera que o governo resolva o(s) problema(s),

Outro motivo. Qual?

18- O que você aprendeu relacionado à cidadania no seu grupo familiar e/ou círculo de amigos? Cite pelo menos dois itens.

19- De que forma você aprendeu isso?

Conversa com familiares

conversa com amigos

lendo

vendo TV

na escola

Outros? Quais?

20- Qual a sua opinião a respeito de participação política?

Ela não deve acontecer

Ela não existe

É para poucos

Não sabe o que é

Não sabe o que é e nem quer saber

É a participação ativa do cidadão, procurando o melhor para todos

Outro?

Anexo 5 – Localização das Vilas em Belo Horizonte

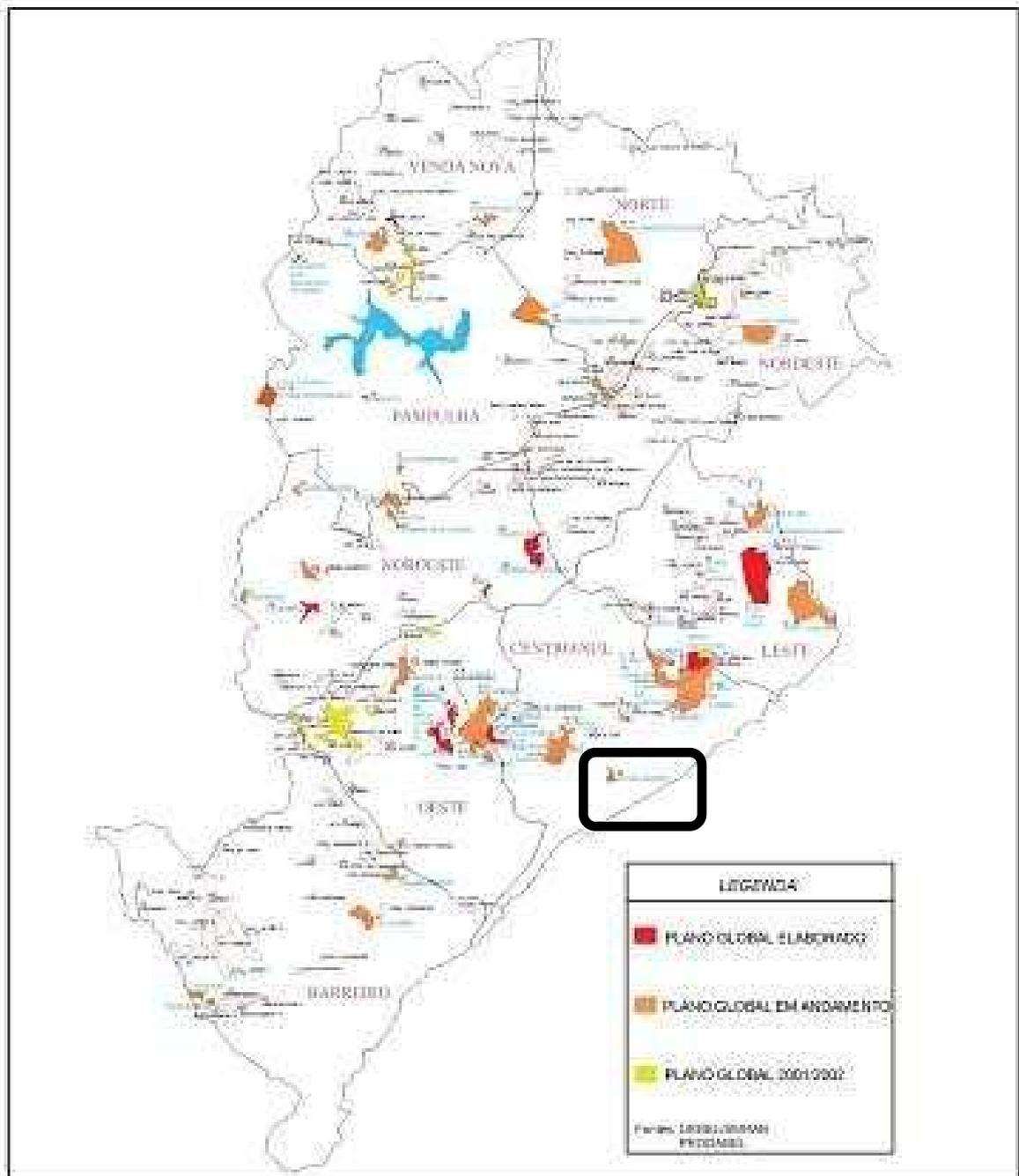


Figura 1 - Mapa de PGEs por Regionais do Município de Belo Horizonte

Fonte: URBEL. Plano Global Específico. 2002²⁰.

²⁰ URBEL/PBH. **Plano Global Específico**. 2002. Disponível em: www.habitare.infohab.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/54.pdf. Acesso em: 13 dez. 2009.

Verso

A semente de um novo futuro

Em 1994, a Vila do Acaba Mundo nem imaginava que o futuro de suas crianças iria mudar. A partir da iniciativa de Magda Coutinho, um grupo de merinos e meninas passou a cuidar das árvores de uma área degradada perto dali. Essa iniciativa, além de configurar a importância que a Praça JK, no bairro Sion, tem hoje na integração social e urbana de Belo Horizonte, mostrou que muito mais poderia ser feito por aquela comunidade. A semente estava plantada. Nascia o Programa Querubins.



Aprendizes de cidadãos

Hoje, o Programa Querubins está instalado em uma área de 10 mil m², cedida em regime de comodato pela Mineração Lagoa Seca. Atendendo em horário complementar à escola, seu objetivo é promover a transformação social e o desenvolvimento humano de crianças e jovens, através de três eixos de ação:

- **Aprendizes de Querubins:** atende crianças de 6 a 13 anos, visando seu desenvolvimento saudável não só nos aspectos formais do conhecimento, como também em seus componentes artísticos e lúdicos;
- **Querubins Oficinas de Arte:** direcionadas a crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos, oferecem aulas de dança, música, artes visuais, literatura, acompanhamento escolar, sexualidade, educação física, capoeira, perereca, prosa e poesia e educação ambiental;
- **Querubins Extensão:** proporciona o aperfeiçoamento e complemento do ciclo de formação do educando com uma perspectiva pré-profissionalizante em diversas áreas: música, dança, informática, construção de instrumentos, hospitalidade (cozinha, garçon, etc.), alfabetização de adultos e fabricação de produtos de higiene pessoal (Grupo Itai).



Números de gente grande

No Programa Querubins, os jovens são preparados para serem monitores ou educadores, e os residentes da Vila do Acaba Mundo são prioridade na equipe de apoio. O resultado é uma estrutura mais integrada, especializada e melhor a cada ano. Em 2008 somos:

- 400 educandos (crianças e adolescentes)
- 200 educandos (adultos)
- 19 educadores
- 9 monitores
- 5 coordenadores e assistentes de coordenação
- 24 voluntários
- 20 apoiadores de serviço administrativo
- 2 cidadãos cumprindo pena alternativa
- 2.400 pessoas beneficiadas indiretamente

(segundo dados do IBOGE)



Como você pode participar

Toda empresa ou pessoa física que contribui para o Programa Querubins pode ser beneficiada por incentivos fiscais das Leis Federal, Estadual e Municipal de Incentivo à Cultura ou pela legislação do Fundo da Infância e da Adolescência (Fia), que permitem deduções tributárias.

Para mais informações: (31) 3287-2831
secretaria@associacaoquerubins.com.br

